RELATÓRIO DE POLÍTICA MONETÁRIA

(ao abrigo do nº 3 do art.º 18.º da Lei Orgânica)

Abril

2025

Banco de Cabo Verde

RELATÓRIO DE POLÍTICA MONETÁRIA

(ao abrigo do n.º 3 do art.º 18º da Lei Orgânica)

Banco de Cabo Verde

Abril de 2025

BANCO DE CABO VERDE

Avenida OUA, 2

CP 7954-094- Praia - Cabo Verde

Tel.: +238 2607000 / Fax: +238 2607197

http://www.bcv.cv

Edição
Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas

Formatação

Gabinete de Comunicação Organizacional

Índice

Sumário Executivo **4**

I. Evolução Recente do Estado da Economia **8**

1. Enquadramento Externo da Economia Cabo-Verdiana 9

2. Oferta e Procura 16

3. Inflação 18

4. Contas Externas 20

5. Situação Monetária e Financeira 25

6. Finanças Públicas 28

II. Perspetivas de Evolução da Economia no Curto Prazo **32**

III. Economia no Curto Prazo **32**

7. Hipóteses de Enquadramento das Projeções 33

8. Projeção dos Principais Indicadores Económicos e Financeiros 41

9. Política Monetária para os Próximos Meses 50

IV. Anexo Estatístico **54**

1. Economia Internacional 55

2. Atividade Económica Nacional 57

3. Setor Externo 61

4. Situação Monetária 63

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

Índice Quadros

Quadro 1 - Indicadores Económicos Selecionados 5
Quadro 2 - Hipóteses externas do exercício de projeção 35
Quadro 3 - Estrutura das Taxas de Juro do Banco Central 53

Índice Figuras

Figura 1 - Produto Interno Bruto em Volume (em taxas de variação anuais) 10
Figura 2 - Taxa de Desemprego (em % da população ativa) 11
Figura 3 - Taxas de Inflação Médias Anuais (em %) 12
Figura 4 - Taxas de Juro de Referência (em %) 13
Figura 5 - Índices de câmbio do EUR em termos efetivos nominais e face ao USD 15
Figura 6 - Produto Interno Bruto - Ótica da Procura (contributos para a taxa de crescimento anual em pontos percentuais) 17
Figura 7 - Produto Interno Bruto - Ótica da Oferta (contributos para a taxa de crescimento anual em pontos percentuais) 18
Figura 8 - Inflação Global e suas principais componentes (contributos em pontos percentuais para a taxa de variação média anual) 19
Figura 9 - Balança Corrente (em % do PIB) 22
Figura 10 - Procura Turística Internacional 23
Figura 11 - Balança Financeira (em % do PIB) 24
Figura 12 - Principais Determinantes da Massa Monetária (contributos para a taxa de crescimento anual em pontos percentuais) 26
Figura 13 - Evolução da Moeda em Circulação e dos Depósitos à Ordem e de Poupança (contributos para a taxa de crescimento anual da Massa Monetária, em pontos percentuais) 27
Figura 14 - Situação oOrçamental (em % do PIB) 29
Figura 15 - Decomposição das Receitas Públicas (contributos em pontos percentuais para a taxa de variação anual) 30
Figura 16 - Decomposição das Despesas Públicas (contributos em pontos percentuais para a taxa de variação anual) 31
Figura 17 - Crescimento Real do PIB (Taxas de variação anuais, em percentagem) 42
Figura 18 - Taxa de Inflação Média Anual (variação em percentagem) 43
Figura 19 - Projeção do PIB do lado da Procura (contributos em pontos percentuais) 45
Figura 20 - Projeção do PIB do lado da Oferta (contributos em pontos percentuais) 46
Figura 21 - Projeção da Balança Corrente (em percentagem do PIB) 47
Figura 22 - Projeção da Balança Financeira (em percentagem do PIB) 48
Figura 23 - Diferenciais entre as taxas de juro de referência do BCE e do BCV 51
Figura 24 - Disponibilidades Líquidas dos Bancos Comerciais (em Euros) 52

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

Sumário Executivo

O enquadramento externo da economia nacional em 2024 foi, em geral, favorável, marcado pela estabilidade do crescimento económico mundial e recuperação (embora modesta) da atividade económica dos principais parceiros do país, particularmente, da Área do Euro e do Reino Unido. Esta evolução foi sustentada pelo fortalecimento dos rendimentos reais resultante de uma inflação mais baixa e salários nominais altos, robustez do mercado de trabalho, apesar das condições de financiamento ainda apertadas. No entanto, a atividade económica dos EUA abrandou ligeiramente, mantendo-se, no entanto, robusta.

Este contexto externo repercutiu-se no desempenho da economia nacional. De acordo com as estimativas do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) em volume registou um forte dinamismo, crescendo 7,3 por cento (5,4 por cento em 2023). O crescimento dos rendimentos reais das famílias, sustentado pela redução da inflação e aumento das pensões e das outras transferências, o reforço da procura externa turística, bem como, a melhoria da confiança dos consumidores, foram fundamentais para esta evolução. Do lado da procura, o desempenho da economia deveu-se ao aumento do consumo privado e das exportações de serviços (com destaque, para o turismo), bem como, ao abrandamento das importações. Do lado da oferta, o aumento da atividade do setor de "Alojamento e restauração" e dos impostos líquidos de subsídios arrecadados no período foram determinantes.

A inflação em Cabo Verde continuou a reduzir em 2024. Apesar do ligeiro aumento da taxa de inflação homóloga, a taxa de inflação média anual continuou a cair, fixando-se em 1,0 por cento (o que se compara com 3,7 por cento em 2023), refletindo a redução dos preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares nos mercados internacionais, bem como, a procura interna mais moderada.

As contas externas evoluíram favoravelmente. A balança corrente registou um *superavit* de 10.334 milhões de escudos (3,7 por cento do PIB), impulsionado, sobretudo, pelo aumento das exportações de serviços de turismo, das reexportações de combustíveis e víveres nos portos e aeroportos nacionais e das remessas dos emigrantes, bem como, pelo abrandamento registado nas importações de bens e serviços. Este desempenho da balança corrente, mais do que compensou, a fraca *performance* da balança financeira (excluindo os ativos de reserva), que apresentou uma queda dos influxos líquidos de financiamento para a economia (em 14.234,4 milhões de escudos), em virtude da redução dos desembolsos líquidos da dívida externa privada, do aumento dos ativos externos líquidos dos bancos comerciais e da queda do investimento direto estrangeiro realizado em Cabo Verde (em 34,9 por cento). Com efeito, o país registou um ganho em ativos de reserva, de cerca de 51 milhões de euros, refletindo-se no aumento do *stock* das reservas externas líquidas para os 736,2 milhões de euros, garantindo, no final de 2024, 6,5 meses das importações (o que se compara com 6,2 meses de importações no final de 2023).

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

Quadro 1 - Indicadores Económicos Selecionados

	Unidade	2022	2023[E]	2024[E]	2025[P]		2026[P]	
					out-24	abr-25	out-24	abr-25
Sector Real								
PIB real	variação em %	15,8	5,4	7,3	5,6	5,5	5,3	5,0
Sector Externo								
Saldo Corrente	em % do PIB	-3,5	-2,5	3,7	-1,0	2,9	-0,7	2,6
RIL/Importações	meses	6,0	6,2	6,5	5,5	6,3	5,3	6,0
Sector Monetário								
Índice de preços no consumidor	v.m.a. em %	7,9	3,7	1,0	0,8	1,8	0,8	1,4
Ativos externos líquidos	variação em %	8,4	17,4	24,5	-4,0	8,0	-0,3	3,4
Crédito à economia	variação em %	6,5	5,5	5,6	5,1	5,0	5,4	4,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde.
E- Estimativas; P - Projeções; v.m.a.- Variação média anual

Nos últimos meses, a atividade económica global tem evoluído num contexto marcado por uma crescente incerteza e complexidade geopolítica. A incerteza em relação às políticas económicas e ao nível das tensões geopolíticas e comerciais internacionais aumentou significativamente nesse período. Este ceticismo está relacionado com as diversas medidas anunciadas pela nova administração dos EUA, sobretudo no domínio tarifário, com as incertezas quanto ao seu potencial impacto macroeconómico e financeiro, bem como as eventuais reações de autoridades em algumas outras regiões económicas relevantes, como a China e a União Europeia. A evidência histórica indica que, em cenário desta natureza, o crescimento económico das economias, no geral, tende a ser afetado.

Tendo em conta esse ambiente complexo e de grande incerteza, as perspetivas atualizadas do Banco de Cabo Verde (BCV) apontam para um abrandamento do crescimento da economia nacional. Assim, o PIB em volume deverá abrandar para valores mais consistentes com a capacidade potencial de crescimento da economia cabo-verdiana, crescendo em torno de 5,5 por cento em 2025 e 5,0 por cento em 2026. Esta evolução deverá refletir um menor contributo da procura externa líquida para o crescimento do PIB, principalmente como resultado de uma desaceleração no ritmo de crescimento das exportações de serviços de turismo face às elevadas taxas atualmente observadas, bem como, do aumento que se espera das importações. O crescimento económico se assentará, principalmente, no dinamismo da procura interna, sobretudo do consumo privado, porquanto o investimento, apesar de uma ligeira recuperação, continuará com um contributo fraco no crescimento do produto.

Em comparação com as projeções de outubro de 2024, o crescimento real do PIB foi revisto em baixa em 0,1 pontos percentuais em 2025 e 0,3 pontos percentuais em 2026, refletindo: (i) o efeito da incorporação nas projeções dos dados mais recentes das contas nacionais trimestrais publicadas pelo INE; (i) a revisão em alta da inflação, com impacto no aumento do deflator do

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

PIB, e (ii) as perspetivas económicas dos principais parceiros do país menos favoráveis do que as contempladas nas projeções de outubro de 2024.

Os últimos dados disponíveis referentes a março de 2025, apontam para um contínuo aumento da taxa de inflação homóloga, tendo esta se situado em 2,2 por cento (1,4 por cento em dezembro), e para o aumento, desde janeiro, da taxa de inflação média, situando-se em março, em 1,6 por cento. Como resultado dessa dinâmica e do aumento que se espera dos preços das matérias-primas não energéticas (sobretudo, de alimentos e bebidas) no mercado internacional, projeta-se um aumento da taxa de inflação média para 1,8 por cento em 2025 e 1,4 por cento em 2026.

Em comparação com as projeções de outubro de 2024, a taxa de inflação média prevista para 2025 e 2026 foi revista em alta em, respetivamente, 1,0 e 0,6 pontos percentuais, traduzindo: (i) a incorporação nas projeções dos dados mais recentes da inflação, que evidenciam um aumento de preços muito acima do esperado anteriormente e (ii) a revisão em alta dos preços dos produtos não energéticos nos mercados internacionais (sobretudo de alimentos e bebidas).

Traduzindo a moderação que se espera das receitas provenientes do turismo, dos transportes aéreos e das remessas de emigrantes, em linha com as perspetivas económicas mais contidas e um mercado de trabalho em arrefecimento nos principais parceiros do país, bem como o aumento que se espera das importações, as contas externas deverão evoluir menos favoravelmente, com o saldo da balança corrente a reduzir-se para 2,9 e 2,6 por cento do PIB em 2025 e 2026, respetivamente. No entanto, apesar do aumento previsto dos desembolsos líquidos da dívida externa pública em 2025, os influxos líquidos de financiamento na economia deverão diminuir, sobretudo devido à queda esperada do investimento direto estrangeiro (IDE) e ao crescimento, embora a um ritmo mais lento que o verificado nos últimos três anos, dos ativos externos líquidos dos bancos comerciais. Ainda assim, o desempenho positivo da balança corrente deverá compensar a evolução negativa da balança financeira, permitindo ao país registar um ganho em ativos de reserva, o que se refletirá num aumento do *stock* de reservas externas, assegurando a cobertura para 6,3 e 6 meses de importações em 2025 e 2026, respetivamente. O balanço dos riscos associados à concretização das atuais projeções continua a apresentar uma inclinação maior para o lado negativo.

Importa realçar que, embora seja difícil avaliar o grau de compromisso subjacente aos anúncios sobre as políticas dos EUA, estas projeções incorporam os efeitos do vasto leque de tarifas anunciadas pela nova Administração norte-americana e implementadas entre 1 de fevereiro e 4 de abril de 2025. O impacto dessas tarifas nas projeções macroeconómicas para a economia cabo-verdiana é limitado, considerando que, de acordo com a perspetiva do BCE e, em parte, do Fundo Monetário Internacional (FMI): (i) o impacto no crescimento económico na Área do Euro (principal parceiro comercial do país, representando cerca de 70 por cento das importações de Cabo Verde) é ligeiramente negativo, afetando mais os países sujeitos a aumentos tarifários

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

mais elevados ou que estejam mais diretamente expostos e, (ii) o impacto sobre a inflação é incerto, dependendo de vários fatores, embora, segundo o BCE, deverá ter implicações reduzidas na inflação da Área do Euro.

Considerando a necessidade de: (i) anular o *spread* ainda existente entre as taxas de juro de facilidade permanente de depósito do BCV e do BCE; (ii) aumentar a atratividade das aplicações em divisas dos bancos comerciais no BCV, e (iii) garantir a sustentabilidade e a credibilidade do regime cambial de *peg* fixo da moeda nacional ao Euro, sem descurar os desafios associados à estabilidade financeira, o Banco Central continuará o processo de normalização da política monetária, iniciado desde maio de 2023, aumentando a taxa de juro de facilidade permanente de depósitos (em 30 pontos base) e mantendo inalteradas as restantes taxas de juro de referência.

De referir que, o aumento da taxa de juro de facilidade permanente de absorção de liquidez (ou de depósito) não implicará um agravamento das taxas de juro sobre os empréstimos das famílias e empresas, tendo em conta que se trata de uma taxa de juro que os bancos recebem quando depositam fundos junto do banco central pelo prazo *overnight.*

Ciente da incerteza elevada que envolve as perspetivas económicas e financeiras nacionais, agravado pelas tensões comerciais e geopolíticas com impacto a nível global, o BCV continuará a acompanhar de perto a evolução dos indicadores de referência, mantendo uma postura atenta e orientada pelos dados. Estará preparado para intervir a qualquer momento, utilizando os instrumentos disponíveis para estabilizar o nível de preços, assegurar a solidez do sistema financeiro e salvaguardar o regime cambial em vigor.

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

Evolução Recente do Estado da Economia

1. Enquadramento Externo da Economia Cabo-Verdiana

O contexto externo da economia nacional em 2024 foi, em geral, favorável. A conjuntura económica internacional ficou marcada pela estabilidade do crescimento económico mundial e pela recuperação (embora modesta) da atividade económica dos principais parceiros do país, particularmente, da Área do Euro e do Reino Unido. Esta evolução foi sustentada pelo fortalecimento dos rendimentos reais resultante de uma inflação mais baixa e salários nominais elevados, bem como, pela robustez do mercado de trabalho, apesar das condições de financiamento ainda apertadas. Nos EUA, a atividade económica abrandou ligeiramente, mantendo-se, ainda assim, robusta. O mercado de trabalho na Área do Euro permaneceu forte, mas dá sinais de arrefecimento nos EUA e no Reino Unido. As taxas de inflação continuam a cair, não obstante alguma volatilidade dos preços dos produtos energéticos, assim como, as taxas de inflação subjacentes (ou core), embora estas, permaneçam acima da inflação headline. Perante a contínua redução das pressões inflacionistas, o Banco Central Europeu (BCE), o Banco de Inglaterra e a Reserva Federal dos EUA (FED) começaram a reduzir gradualmente o grau de restritividade da política monetária. As medidas de política monetária adotadas na Área do Euro, traduziram-se em termos médios, na queda das taxas de juro Euribor e na estabilização do EUR face ao USD. O diferencial entre as taxas de juro de referência do BCV e do BCE reduziu-se, mas continuou, em 2024, a favorecer a taxa europeia.

O crescimento económico mundial permaneceu estável, enquanto as economias da Área do Euro e do Reino Unido registaram uma modesta recuperação da atividade económica. No entanto, a economia dos EUA desacelerou ligeiramente, mas mantém-se robusta.

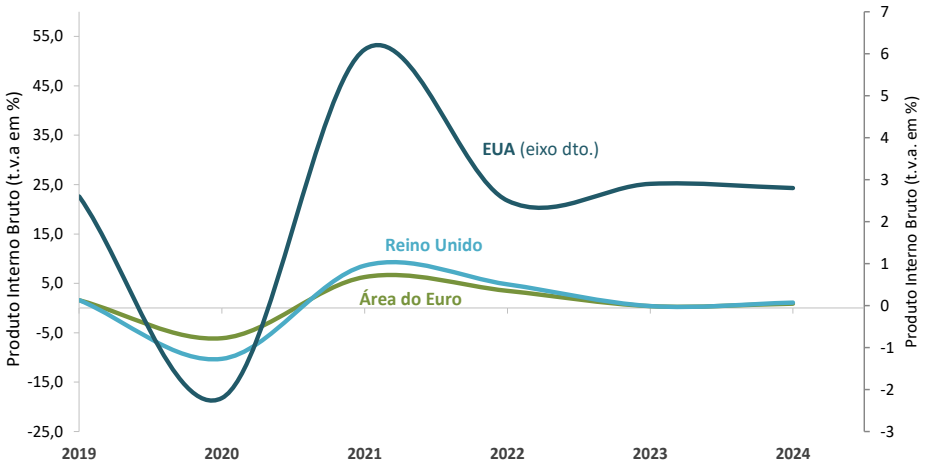
De acordo com as projeções do *World Economic Outlook* (WEO) de abril de 2025 do Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento económico mundial manteve-se estável, tendo o Produto Interno Bruto (PIB) em volume crescido cerca de 3,3 por cento em 2024 (3,3 por cento em 2023). A previsão manteve-se praticamente inalterada face às projeções do WEO de outubro de 2024, devido ao facto de a revisão em alta da previsão de crescimento para os EUA ter sido compensada pelas revisões em baixa nas perspetivas de crescimento para outras grandes economias.

As economias da Área do Euro e do Reino Unido registaram um desempenho moderado, com o PIB em volume a crescer em 0,9 e 1,1 por cento, respetivamente (o que se compara com 0,4 e 0,3 por cento em 2023). Esta evolução foi apoiada, do lado da procura, principalmente pelo consumo, sustentado pelo fortalecimento dos rendimentos reais resultante de uma inflação mais baixa e de salários nominais elevados, bem como, pela robustez do mercado de trabalho, apesar das condições de financiamento ainda apertadas. Por seu turno, o investimento permaneceu baixo, afetado pelas condições de financiamento ainda restritivas, pela fraca procura, bem

como, pela elevada incerteza. Nos EUA, a economia abrandou ligeiramente, mas continuou robusta, com o PIB em volume a crescer 2,8 por cento (o que se compara com 2,9 por cento em 2023) sustentado, em grande parte, pelo crescimento do consumo privado. Mesmo com a desaceleração das contratações, o crescimento dos salários continuou a superar a inflação e a riqueza das famílias atingiu novos recordes, apoiando a expansão contínua dos gastos dos consumidores (que continua a ser o principal impulsionador do crescimento).

Do lado da oferta, os serviços continuaram a liderar o crescimento económico, embora a um ritmo mais lento, enquanto a produção na indústria manufatureira continuou frágil, estando mais exposta à política monetária ainda rígida, à fraca procura, às perdas de competitividade e às perspetivas muito incertas.

Figura 1 - Produto Interno Bruto em Volume (em taxas de variação anuais)



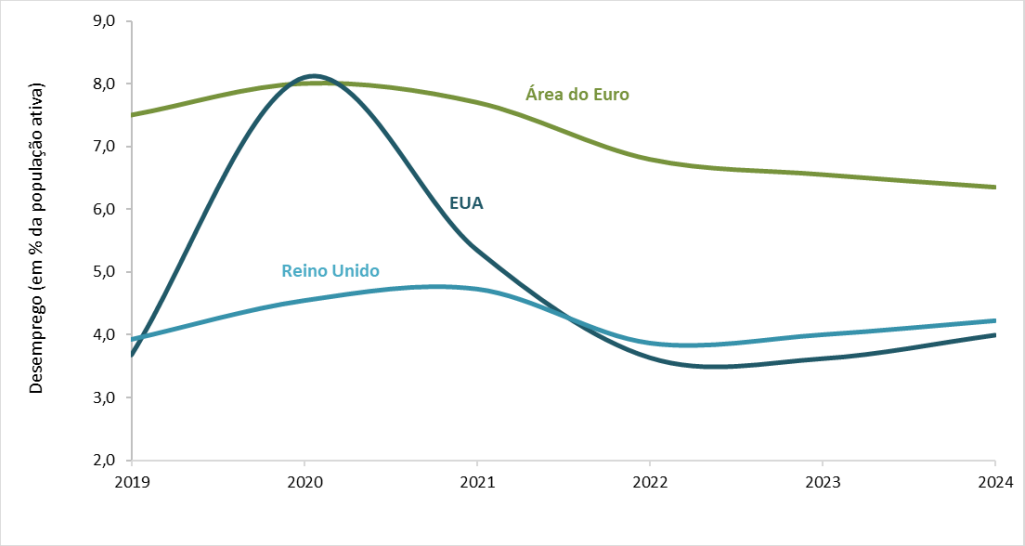
Fonte: Eurostat; US Office for National Statistics; Instituto Nacional de Estatística; Bank of England
t.v.h.- taxa de variação homóloga

O mercado de trabalho permaneceu forte na Área do Euro, mas deu sinais de algum arrefecimento nos EUA e no Reino Unido.

Na Área do Euro, a taxa de desemprego diminuiu, passando de 6,5 por cento em 2023 para 6,4 por cento em 2024. No entanto, nos EUA e no Reino Unido, a taxa de desemprego aumentou em, respetivamente, 0,4 e 0,3 pontos percentuais, fixando-se nos 4,0 e 4,3 por cento.

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

Figura 2 - Taxa de Desemprego (em % da população ativa)



Fonte: Eurostat; US Department of Labor; Federal Reserve; Bank of England

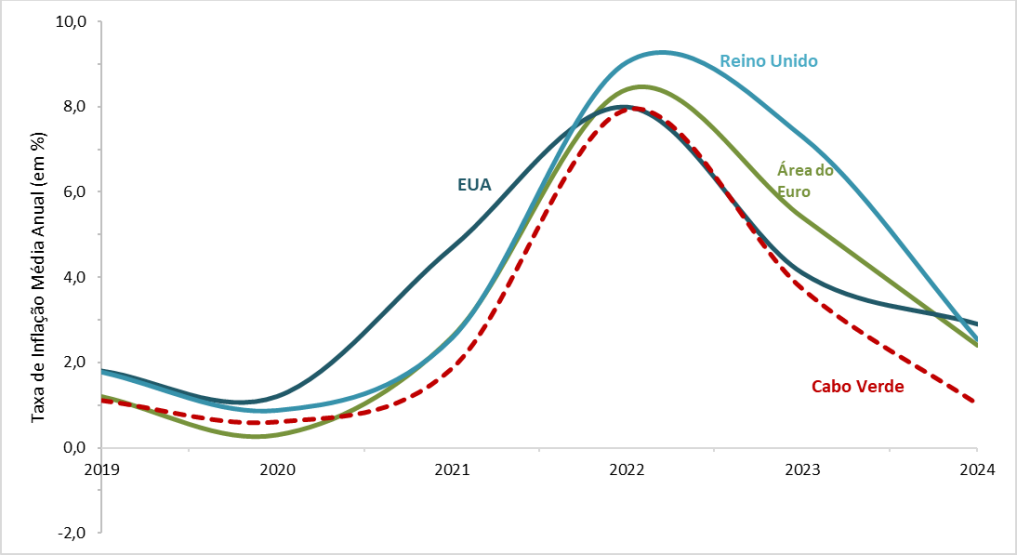
Os preços no produtor e no consumidor dos principais parceiros apresentaram uma trajetória descendente, porém, menos expressiva do que no ano anterior. As taxas de inflação *headline* e *core* caíram, mas mantêm-se ainda em níveis acima dos 2 por cento.

A cotação média do barril de *Brent* nos mercados internacionais, que serve de referência para Cabo Verde, atingiu em 2024, os 79,59 USD por barril, apresentando um decréscimo relativamente a 2023 de 3,2 por cento (o que se compara com uma redução de 16,8 por cento no ano anterior). Este declínio foi impulsionado por diversos fatores, entre os quais: (i) a queda das importações de petróleo bruto da China para os níveis mais baixos registados em anos, em resultado da fraca atividade económica, (ii) a forte oferta de países fora da OPEP+ (a organização dos países exportadores de petróleo, incluindo a Rússia e outros exportadores de petróleo não pertencentes a OPEP), como os EUA, e (iii) o sentimento de risco negativo na sequência da venda generalizada nos mercados acionistas mundiais que ocorreu no início de agosto de 2024. Todavia, mantêm-se os receios de uma intensificação do conflito no Médio Oriente que pode perturbar o fornecimento mundial desta matéria-prima.

Por seu turno, o *food price index* da *Food and Agriculture Organization* (FAO), em termos médios em 2024, registou também uma queda de 2,2 por cento (menos expressiva que no ano anterior, que foi de 13,8 por cento), devido essencialmente, à evolução dos preços dos cereais e do açúcar. O aumento da oferta, tendo em conta os abastecimentos a preços competitivos sobretudo de trigo e arroz provenientes da região do mar negro e a remoção pelo governo indiano das restrições à exportação de arroz, bem como, o enfraquecimento da procura global, explicam esta evolução. No entanto, persistem pressões em alta exercidas pelas más condições climáticas dos cultivos em algumas regiões e pela incerteza geopolítica.

Com efeito, as taxas de inflação médias da Área do Euro, dos EUA e do Reino Unido diminuíram em 2024, fixando-se em 2,4, 3,0 e 2,5 por cento, respetivamente (o que se compara com 5,4, 4,1 e 7,3 por cento, em 2023), favorecidas pela redução dos preços da energia e dos produtos alimentares, aliada a uma fraca procura num contexto de políticas monetárias ainda restritivas. Por seu turno, as taxas de inflação médias subjacentes ou *core* (calculadas com base no índice harmonizado dos preços do consumidor, excluindo produtos energéticos e produtos alimentares) da Área do Euro, dos EUA e do Reino Unido também diminuíram, fixando-se em, respetivamente, 2,9, 3,4 e 3,7 por cento (o que se compara com 6,2, 4,8 e 6,2 por cento em 2023). No entanto, permanecem acima da taxa de inflação *headline*, sugerindo ainda alguma persistência da inflação dos serviços, devido às pressões resultantes do aumento dos salários e ao facto de os salários e os preços de alguns serviços estarem ainda a ajustar-se, com um desfasamento substancial, à anterior subida acentuada da inflação.

Figura 3 - Taxas de Inflação Médias Anuais (em %)



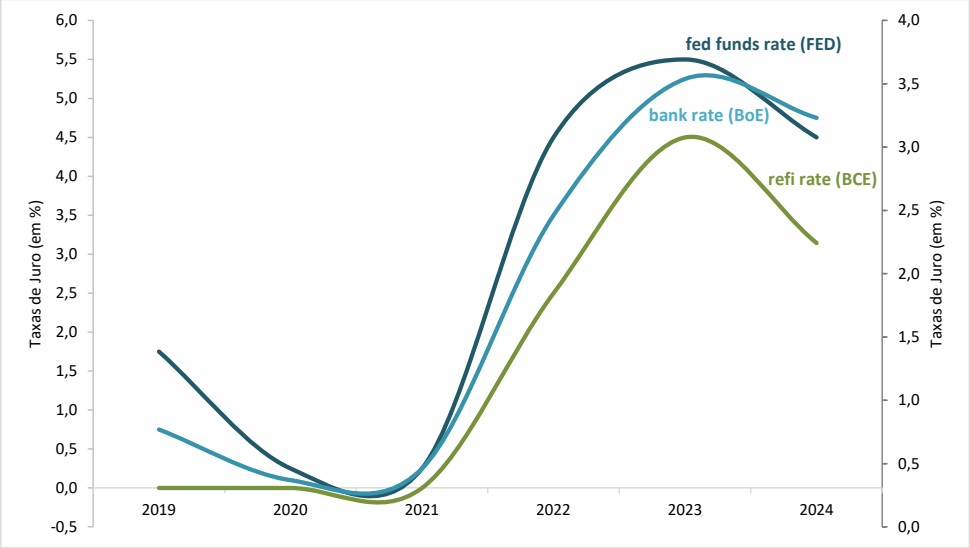
Fonte: Eurostat; US Office for National Statistics; Instituto Nacional de Estatística; Bank of England

Face à contínua redução das pressões inflacionistas, o BCE, o Banco de Inglaterra e a Reserva Federal dos EUA começaram, em 2024, a reduzir gradualmente o grau de restritividade da política monetária.

Com a redução dos preços na Área do Euro desde setembro de 2023, o BCE foi o primeiro a baixar, em junho de 2024, as suas taxas de juro de referência em 25 pontos base, para 4,25 por cento, após uma pausa de nove meses. Em setembro, reduziu novamente as suas taxas de juro de referência, em 60 pontos base para os 3,65 por cento e voltou a reduzir em outubro e dezembro, em 25 pontos base para, respetivamente, 3,40 e 3,15 por cento, exibindo sempre uma postura cada vez menos restritiva. O BCE justificou os cortes, com o fraco ritmo de crescimento

da Área do Euro e a incerteza política na região. O Conselho do BCE reviu o quadro operacional, com o objetivo de limitar a volatilidade das taxas de juro no mercado monetário, pelo que, na reunião de setembro de 2024, decidiu reduzir a taxa de juro da facilidade permanente de depósito, em 25 pontos base para os 3,50 por cento, taxa através da qual passou a definir a orientação da política monetária. Além disso, o diferencial entre a taxa de juro das operações principais de refinanciamento e a taxa de juro da facilidade permanente de depósito foi reduzido para 15 pontos base e o diferencial entre a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez e a taxa das operações principais de refinanciamento permaneceu inalterado, em 25 pontos base.

Figura 4 - Taxas de Juro de Referência (em %)



Fonte: Eurostat; Federal Reserve; Bank of England; Banco de Cabo Verde

A carteira do programa de compra de ativos (*Asset Purchase Programme* – APP) continuou a diminuir a um ritmo gradual e previsível, dado que o Eurosistema deixou de reinvestir os pagamentos de capital de títulos vincendos. O Eurosistema já não reinveste os pagamentos de capital de títulos vincendos adquiridos ao abrigo do programa de compra de ativos devido à emergência pandémica (*Pandemic Emergency Purchase Programme* – PEPP), pelo que reduziu a carteira do PEPP, em média, em 7,5 mil milhões de euros por mês, ao longo do ano. Entretanto, por um lado, o Conselho do BCE concluiu o processo de descontinuação dos reinvestimentos no âmbito do PEPP no final de 2024, por outro, continuou a aplicar flexibilidade no reinvestimento dos reembolsos previstos, no âmbito da carteira do PEPP, a fim de contrariar os riscos para o mecanismo de transmissão da política monetária relacionados com a pandemia. Como os bancos estavam a reembolsar os montantes dos empréstimos obtidos no contexto das operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas, o Conselho do BCE

avaliou regularmente a forma como estas operações e a continuação do reembolso das mesmas estariam a contribuir para a orientação da política monetária.

Relativamente à política orçamental, o Conselho do BCE referiu que era crucial dar seguimento imediato – com políticas orçamentais e estruturais concretas e ambiciosas – às propostas no sentido de aumentar a competitividade europeia e capacitar o Mercado Único, por forma a tornar a economia mais produtiva, competitiva e resiliente. O Conselho do BCE acolheu com agrado a avaliação efetuada pela Comissão Europeia dos planos de médio prazo dos governos em termos de políticas orçamentais e estruturais, ao abrigo do quadro de governação económica da União Europeia revisto. Os governos deveriam, então, centrar-se na execução, na íntegra e sem atrasos, dos compromissos assumidos no âmbito deste quadro. Isto, ajudaria a reduzir os défices orçamentais e os rácios da dívida numa base sustentada, priorizando, ao mesmo tempo, o investimento e as reformas que promoveriam o crescimento.

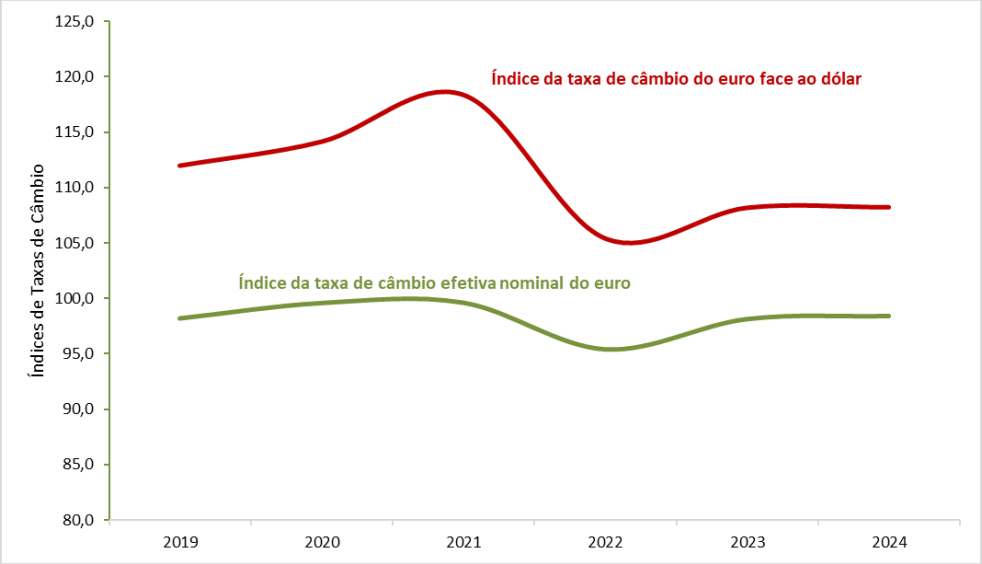
A Reserva Federal dos EUA, tendo em conta o progresso na inflação, reduziu a sua taxa de juro de referência três vezes no ano. Assim, na sua reunião de setembro, decidiu cortar a sua taxa de juro de referência em 50 pontos base para o intervalo de 4,75 - 5 por cento, a primeira redução nos custos de empréstimos desde março de 2020. Em novembro e dezembro, decidiu novamente reduzir a sua taxa de juro de referência em 25 pontos base em ambos os meses, fixando a taxa, em dezembro, no intervalo entre 4,25 – 4,50 por cento. O Comité fez saber que, esta redução não deveria ser interpretada como evidência de uma perspetiva económica menos favorável ou como um sinal de que o ritmo de flexibilização da política seria mais rápido. Por outro lado, o Comité continuou a reduzir as suas participações em títulos do Tesouro, dívida de agências e títulos apoiados por hipotecas de agências.

Por seu turno, o Banco de Inglaterra revelou-se mais cauteloso, tendo reduzido a sua taxa de juro de referência em apenas duas vezes no ano. Em agosto de 2024, fez a primeira redução (em 25 pontos base) da taxa de juro de referência em quatro anos, fixando-a em 5 por cento e, em novembro, a taxa foi novamente reduzida em 25 pontos base, fixando-se em 4,75 por cento, mantendo o objetivo de estimular a economia sem comprometer o controlo da inflação. O Comité de Política Monetária anunciou que as decisões foram baseadas na análise contínua dos dados económicos e que futuras reduções seriam graduais, ajustando-se conforme a evolução das condições económicas. O Comité também destacou que continuaria a monitorizar de perto os riscos de persistência da inflação e o impacto das decisões anteriores, ajustando o grau de restritividade da política monetária de acordo com as circunstâncias e as necessidades da economia. Além disso, o Comité concordou, por unanimidade, em reduzir o seu *stock* de títulos do governo do Reino Unido em 100 mil milhões de libras nos próximos 12 meses, elevando o total para 558 mil milhões de libras.

Nos mercados monetário e cambial de relevância para Cabo Verde, as medidas de política monetária adotadas na Área do Euro traduziram-se na redução das taxas de juro Euribor

e na estabilização do EUR face ao USD. Não obstante o ligeiro aumento das taxas de juro Euribor de curto prazo (a 1 e 3 meses) em, respetivamente, 0,4 e 0,2 pontos percentuais para os 3,2 e 3,4 por cento, as taxas de juro Euribor apresentaram, em geral, em termos médios, uma tendência descendente, com as taxas de juro a 6 e 12 meses a reduzirem em, respetivamente, 0,2 e 0,6 pontos percentuais para os 3,5 e 3,3 por cento. Por outro lado, em termos médios, em 2024, o EUR manteve-se estável face ao dólar e apreciou ligeiramente em termos efetivos nominais (em 0,3 por cento). No entanto, refira-se que, o EUR depreciou em termos mensais desde outubro de 2024. A incerteza política na Europa e a ameaça norte-americana de imposição de tarifas sobre as importações da União Europeia, combinada com a postura mais *dovish* do BCE, não tem favorecido a moeda europeia. Os sinais de escalada de tensões da guerra na Ucrânia, que incrementam a procura pela divisa norte-americana como um ativo de refúgio, também têm contribuído para a depreciação do EUR face ao USD.

Figura 5 - Índices de câmbio do EUR em termos efetivos nominais e face ao USD



Fonte: Eurostat

O *spread* entre as taxas de juro do país e as taxas de juro da Área do Euro reduziu-se, mas continuou favorável à taxa europeia. Com a redução das taxas de juro de referência do BCE por quatro vezes e o aumento das taxas de juro do BCV por duas vezes ao longo do ano, o diferencial entre as taxas de juro do país e as da Área do Euro reduziu-se, mas continuou favorável em 2024, à taxa europeia, o que não favoreceu a acomodação monetária e os investimentos no país. No entanto, afetou positivamente a rendibilidade das reservas internacionais líquidas do país.

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

2. Oferta e Procura

A economia nacional registou, em 2024, um forte dinamismo, com o PIB em volume a crescer 7,3 por cento, de acordo com estimativas do INE. O crescimento dos rendimentos reais das famílias, sustentado pela redução da inflação e pelo aumento das pensões e das outras transferências, o reforço da procura externa turística, bem como, a melhoria da confiança dos consumidores, foram fundamentais para esta evolução. Do lado da procura, o desempenho da economia deveu-se ao aumento do consumo privado e das exportações de serviços (com destaque, para o turismo), bem como, ao abrandamento das importações. Porém, o investimento, sobretudo na construção, continua a registar um fraco desempenho, refletindo a procura interna mais moderada, a escassez de mão-de-obra e a incerteza elevada face às tensões geopolíticas. Do lado da oferta, foram determinantes para a evolução da economia nacional em 2024, o aumento da atividade do setor de "Alojamento e restauração" e dos impostos líquidos de subsídios arrecadados no período.

De acordo com as estimativas das contas nacionais do INE, o PIB em volume cresceu 7,3 por cento em 2024, o que se compara com um crescimento de 5,4 por cento no ano anterior. Do lado da procura, esta evolução foi impulsionada pelo contributo positivo tanto da procura interna como da procura externa líquida.

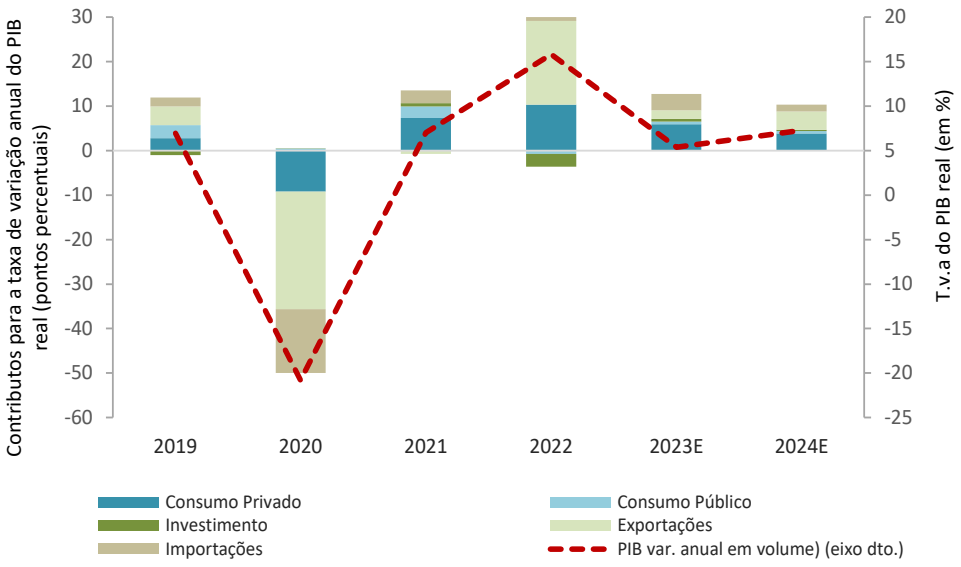
A procura interna cresceu, embora de forma mais moderada. Em 2024, registou-se um abrandamento, aumentando 3,8 por cento, em comparação com os 5,9 por cento verificados no ano anterior, refletindo a moderação nos crescimentos tanto do consumo privado como do investimento.

O consumo privado cresceu 5 por cento (7,9 por cento em 2023), justificado pelos crescentes rendimentos reais das famílias sustentado pela descida da inflação e pelo aumento das pensões e outras transferências, bem como, pela melhoria da confiança dos consumidores. No entanto, o aumento da poupança por motivos de precaução face à elevada incerteza poderá ter atenuado, em certa medida, a evolução do consumo. O investimento, tanto residencial como empresarial, teve um desempenho fraco em 2024, crescendo 1,2 por cento (2,8 por cento em 2023), contribuindo em termos quase nulo para o crescimento do PIB. A procura interna mais moderada, a escassez de mão-de-obra, sobretudo, no setor da construção e a incerteza elevada face às tensões geopolíticas, podem explicar esta evolução do investimento. Por seu turno, o consumo público registou um crescimento de 2,6 por cento em 2024 (2,5 por cento em 2023), em resultado do aumento dos gastos da administração pública central com pessoal, com aquisição de bens e serviços e com o pagamento de pensões do regime não contributivo.

A procura externa líquida registou uma melhoria face ao ano anterior, em resultado do aumento das exportações de serviços (em 12,4 por cento) e de bens (em 6,4 por cento) e do

abrandamento das importações, que cresceram 2,7 por cento em 2024, quando no ano anterior tinham registado um aumento de 6,3 por cento.

Figura 6 - Produto Interno Bruto - Ótica da Procura (contributos para a taxa de crescimento anual em pontos percentuais)

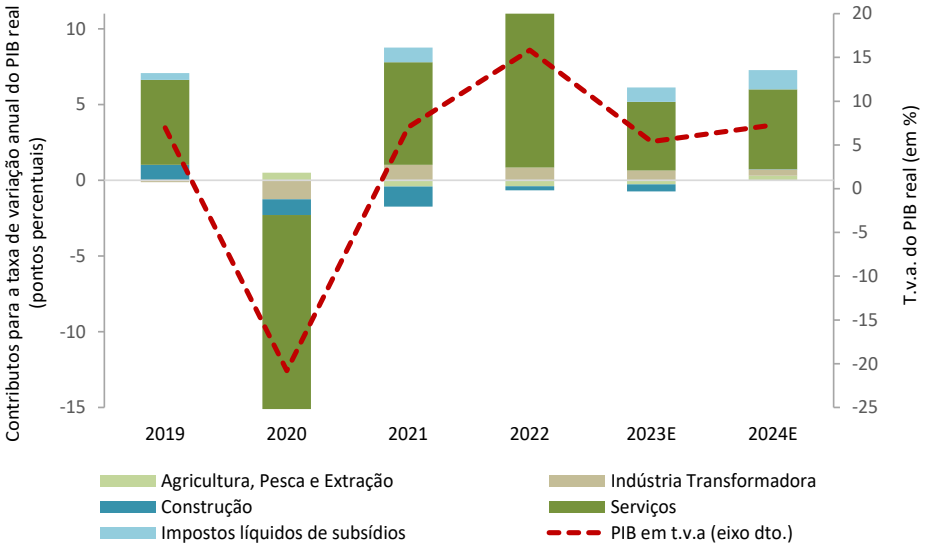


Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Cálculos do Banco de Cabo Verde

O aumento da atividade do setor de "Alojamento e restauração" e dos impostos líquidos de subsídios arrecadados no período foram determinantes para a evolução positiva da economia nacional em 2024. Destaca-se, no entanto, a fraca *performance* da atividade do setor da "Construção". Do lado da oferta, o desempenho da atividade económica nacional em 2024, deveu-se principalmente, aos acréscimos registados na atividade dos setores de "Alojamento e restauração" (em 30,6 por cento), "Transportes e armazenagem" (em 6,7 por cento), "Atividades imobiliárias" (em 6,6 por cento), "Atividades de serviço às empresas" (em 12,9 por cento), "Administração pública e segurança social" (em 4,4 por cento), e "Comércio e reparação" (em 3,9 por cento), bem como, ao aumento dos "Impostos líquidos de subsídios" (em 8,6 por cento) arrecadados no período.

Este desempenho da atividade económica nacional refletiu a evolução positiva do volume de negócios nestes setores. Note-se que, de acordo com os dados do INE, o volume de negócios nos setores de "Alojamento e restauração", "Transportes e armazenagem" e "Comércio e reparação" cresceu 26,9, 16,2 e 4,5 por cento, respetivamente (o que se compara com 24,2, 21,9 e -1,0 por cento registados no ano anterior).

Figura 7 - Produto Interno Bruto - Ótica da Oferta (contributos para a taxa de crescimento anual em pontos percentuais)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Cálculos do Banco de Cabo Verde

Destaca-se, no entanto, o baixo desempenho da atividade do setor da "Construção", que após um decréscimo de 11,2 por cento em 2023, cresceu apenas 0,2 por cento em 2024. A atestar esta evolução, note-se que, de acordo com o INE, o índice de produção no setor da "Construção" aumentou apenas 0,7 por cento em 2024, após uma queda de 9,9 por cento registada no ano anterior.

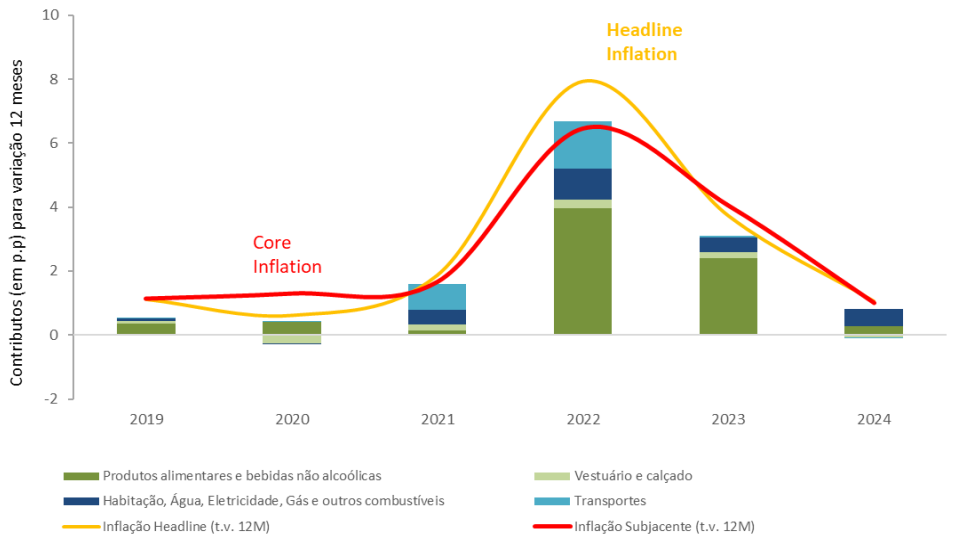
3. Inflação

A inflação em Cabo Verde continuou a reduzir em 2024. Apesar do ligeiro aumento da taxa de inflação homóloga, a taxa de inflação média anual continuou a cair, fixando-se em 2024, em 1,0 por cento (o que se compara com 3,7 por cento em 2023), refletindo a redução dos preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares nos mercados internacionais, bem como, a procura interna mais moderada. O abrandamento dos preços da classe de "Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas" foi determinante para a redução da inflação em 2024. Por seu turno, a taxa de inflação média subjacente (ou core) igualou a taxa de inflação headline, mas em termos homólogos, superou a taxa de inflação headline, indiciando ainda algumas pressões sobre os preços, em particular, de alguns serviços relacionados com transportes e férias organizadas e alojamento.

Apesar do ligeiro aumento da taxa de inflação homóloga, a inflação em Cabo Verde continuou a reduzir-se em 2024. De acordo com dados do INE, embora a taxa de inflação homóloga tenha aumentado ligeiramente em 0,1 pontos percentuais situando-se em 1,4 por cento em dezembro de 2024, a taxa de inflação média anual continuou a cair, passando de 3,7 por cento em 2023 para 1,0 por cento em 2024, refletindo em grande medida, a redução dos preços dos produtos energéticos e alimentares nos mercados internacionais.

A evolução da taxa de inflação homóloga justifica-se, sobretudo, pelo aumento dos preços nas classes de "Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis" (com destaque para outras rendas, gás e eletricidade), "Transportes" (com destaque para transporte aéreo de passageiros, manutenção e reparação de equipamentos e peças e acessórios para transporte pessoal), e "Vestuário e calçado" em, respetivamente, 1,9, 2,1 e 3,8 por cento em dezembro de 2024 (o que se compara com 1,8, -3,2 e -2,9 por cento em dezembro de 2023).

Figura 8 - Inflação Global e suas principais componentes (contributos em pontos percentuais para a taxa de variação média anual)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Cálculos do Banco de Cabo Verde
t.v.h. - taxas de variação homólogas em percentagem. p.p. - contributos em pontos percentuais

Os preços da classe de "Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas" abrandaram, tendo sido determinantes para a redução da inflação em 2024. A evolução dos preços, corroborada pela taxa de inflação média em 2024, foi determinada principalmente, pela desaceleração dos preços da classe de "Produtos Alimentares e bebidas não alcoólicas", cuja taxa de variação passou de 8,9 por cento em 2023 para 1,0 por cento em 2024, e pela redução dos preços da classe de "Vestuário e calçado", com uma queda de 1,1 por cento. Destacam-se

na classe de "Produtos Alimentares e bebidas não alcoólicas", os contributos da queda dos preços de "Produtos hortícolas" (em 2,6 por cento) e de "Leite, queijo e ovos" (em 2,5 por cento), bem como o abrandamento nos preços de "Café, chá e cacau", "Fruta" e "Pão e cereais", cujas taxas passaram de, respetivamente, 19,3, 9,9 e 6,8 por cento em 2023 para 3,3, 4,4 e 2,4 por cento em 2024.

Contudo, a atenuar esta evolução dos preços, é de se realçar o aumento dos preços da classe de "Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis" (em 2,3 por cento), explicado pelos contributos do aumento dos preços do "Gás", que passou de uma taxa de -14,4 por cento em 2023 para 1,4 por cento em 2024, de "Outras rendas" (em 10,9 por cento) e da "Eletricidade" (em 6,1 por cento).

Refira-se que, esta evolução dos preços da classe de "Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis" reflete, em larga medida, a transmissão dos preços internacionais das matérias-primas energéticas aos preços internos, com a atualização dos preços administrados de combustíveis (petróleo, gasóleo, gasolina e gás). Assim, em 2024, os preços do gás foram atualizados em alta, em média, em cerca de 1,4 por cento (quando no ano anterior tinham sido atualizados em baixa em 14,9 por cento), enquanto, os preços de petróleo, gasóleo e gasolina foram atualizados em baixa, mas de forma menos expressiva que em 2023, em média, em cerca de 6,2 por cento (o que se compara com uma atualização em baixa de 7,5 por cento no ano anterior). Por outro lado, os preços administrados da eletricidade foram atualizados em alta no início do ano, em média, em cerca de 5,7 por cento.

A taxa de inflação subjacente (ou *core*) em termos médios igualou a taxa de inflação *headline*, mas em termos homólogos, superou a taxa de inflação *headline*, indiciando ainda, algumas pressões sobre os preços. A taxa de inflação homóloga subjacente (ou *core*), que expurga do índice geral de preços as componentes mais voláteis do cabaz de consumo nacional, nomeadamente, os bens alimentares não transformados e a energia, aumentou, passando de 1,5 em 2023 para 1,6 por cento em 2024, situando-se 0,2 pontos percentuais acima da taxa de inflação *headline*, indiciando algumas pressões sobre os preços, em particular, dos preços de alguns serviços relacionados com transportes e férias organizadas e alojamento. No entanto, em termos médios, a taxa de inflação subjacente ou *core* situou-se em 1,0 por cento igualando a taxa de inflação *headline*.

4. Contas Externas

As contas externas evoluíram favoravelmente em 2024, traduzindo as perspetivas económicas dos principais parceiros do país, bem como, a redução da inflação e um mercado de trabalho ainda forte (embora em arrefecimento), com impacto positivo na balança de pagamentos do

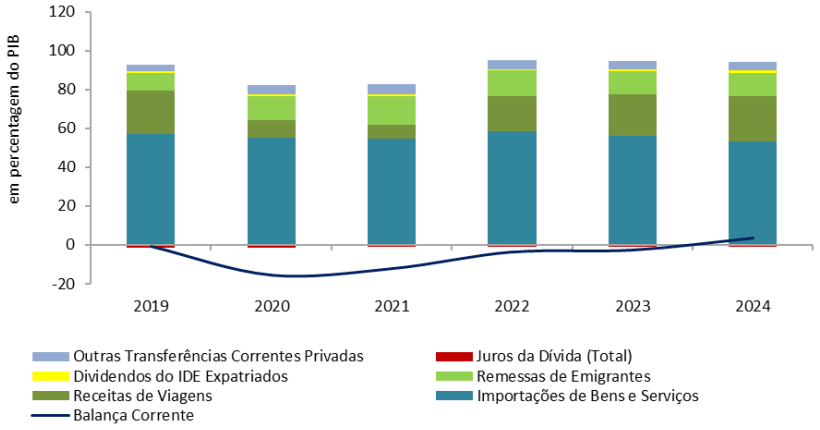
Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

país. A balança corrente registou um superavit de 10.334 milhões de escudos (3,7 por cento do PIB), impulsionado, sobretudo, pelo aumento das receitas provenientes das exportações de serviços de turismo, das reexportações de combustíveis e víveres nos portos e aeroportos nacionais e das remessas dos emigrantes, bem como, pelo abrandamento registado nas importações de bens e serviços. Este desempenho da balança corrente, mais do que compensou, a fraca performance da balança financeira (excluindo os ativos de reserva), que apresentou uma queda dos influxos líquidos de financiamento para a economia, fixando-se nos 6.115,2 milhões de escudos, em virtude da redução dos desembolsos líquidos da dívida externa privada (associado ao efeito de base descendente do aumento excecional que se registou no ano anterior), do aumento dos ativos externos líquidos dos bancos comerciais e da contração do investimento direto estrangeiro realizado em Cabo Verde. Em consequência, o país registou um ganho em ativos de reserva, refletindo-se no aumento do stock das reservas externas líquidas para os 736,2 milhões de euros, garantindo, no final de 2024, 6,5 meses das importações (o que se compara com 6,2 meses de importações no final de 2023).

De acordo com informações ainda provisórias, a balança corrente registou, em 2024, um *superavit* de 10.334 milhões de escudos (3,7 por cento do PIB), o que se compara com um défice de 6.510,7 milhões de escudos (2,5 por cento do PIB) registado no ano anterior. Para esta evolução concorreram, sobretudo, os aumentos verificados nas exportações de serviços de turismo (em 19,1 por cento), nas reexportações de combustíveis e víveres nos portos e aeroportos internacionais (em 23,9 por cento), nas exportações de mercadorias (em 41 por cento), nas remessas dos emigrantes (em 6,3 por cento), nas transferências correntes oficiais (em 41,2 por cento), associado à entrada da ajuda orçamental da União Europeia e do Luxemburgo, e nas outras transferências correntes privadas (em 13,5 por cento), em particular, donativos de individualidades e instituições sem fins lucrativos, bem como, o abrandamento registado nas importações de bens e serviços, que passaram de um crescimento de 5,6 por cento em 2023 para 3,3 por cento em 2024, em linha com a moderação da procura interna). Entretanto, a contribuir negativamente para a evolução da balança corrente, destaca-se o aumento dos rendimentos de investimento direto expatriados e dos pagamentos de juros da dívida externa pública.

As receitas provenientes das exportações de serviços de turismo aumentaram (embora de forma mais moderada), assim como, as remessas dos emigrantes. Este desempenho refletiu as perspetivas económicas dos principais parceiros do país, em particular, a recuperação da Área do Euro e do Reino Unido e a robustez da economia dos EUA, bem como, a redução da inflação e um mercado de trabalho ainda forte (ainda que em arrefecimento) nestes países, com impacto no aumento dos rendimentos reais dos potenciais turistas e dos emigrantes, favorecendo assim, a procura turística do país e das remessas dos emigrantes. Em resultado, as exportações de serviços de turismo e as remessas dos emigrantes aumentaram 19,1 e 6,3 por cento, respetivamente.

Figura 9 - Balança Corrente (em % do PIB)



Fonte: Banco de Cabo Verde
No gráfico estão destacadas as *performances* de algumas rubricas da Balança corrente.

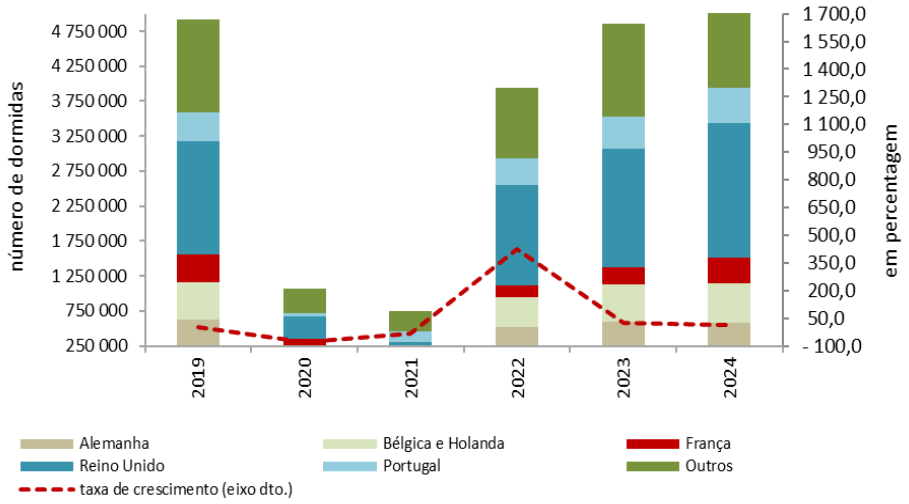
Refira-se, no entanto, que as exportações de serviços de turismo apresentaram, em 2024, um abrandamento face ao ano anterior, crescendo 19,1 por cento (quando tinha aumentado 31,6 por cento em 2023). Esta evolução deveu-se à moderação registada na procura turística internacional. De acordo com os dados do INE, a procura turística internacional, definida pelo número de dormidas e de hóspedes estrangeiros cresceu, respetivamente, 9,7 e 16,1 por cento em 2024, abaixo do crescimento de 27,3 e 22,5 por cento registado no ano anterior. Este abrandamento deveu-se ao menor contributo da procura, sobretudo, da Bélgica e Holanda, da Alemanha, do Reino Unido, da Itália e de Portugal. Ainda assim, no cômputo geral, o Reino Unido continuou a representar o grosso da procura turística por Cabo Verde (com 35,1 por cento do total da procura turística), seguido da Alemanha (com 10,5 por cento), Bélgica e Holanda (com 10,2 por cento) e Portugal (com 9,2 por cento).

Relativamente às remessas dos emigrantes (na forma de transferências em divisas), verificou-se um aumento das remessas provenientes de Portugal (em 14 por cento), dos EUA (em 6,9 por cento) e dos Países Baixos (em 8,6 por cento). No entanto, as remessas provenientes da França reduziram-se (em 1,9 por cento) face a 2023. Em termos de peso no total, Portugal, EUA e França continuaram a ser os principais países de origem das remessas dos emigrantes.

O excedente da balança de capital aumentou 120,8 por cento em 2024, fixando-se nos 4.202,7 milhões de escudos, impulsionado pelo acréscimo registado tanto nas transferências de capital oficiais (donativos), como nas transferências de capital privadas (de emigrantes e de outras individualidades) em 201,4 e 31,8 por cento, respetivamente. Refira-se, em particular, nas transferências de capital oficiais, o contributo do donativo concedido pelo Reino de Marrocos ao governo de Cabo Verde.

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

Figura 10 - Procura Turística Internacional

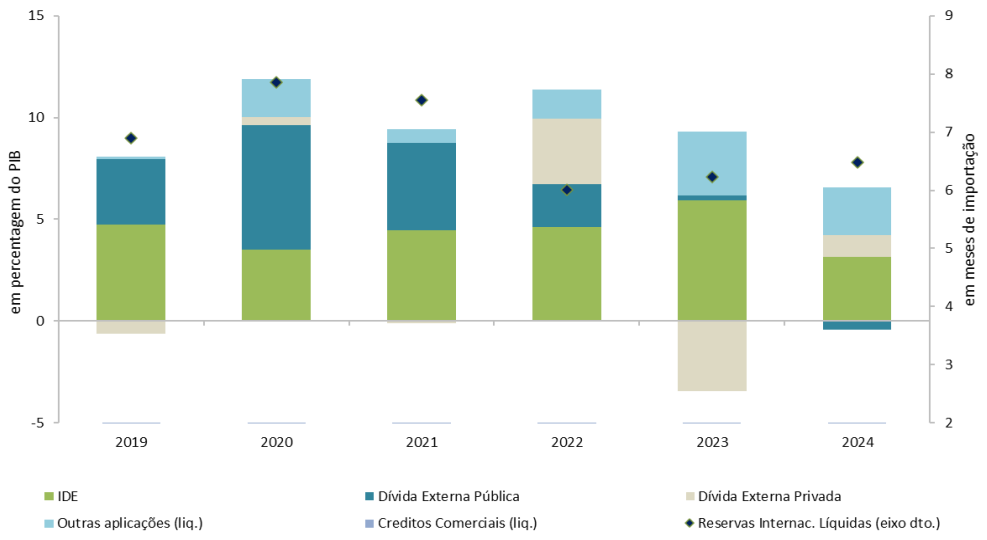


Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Cálculos do Banco de Cabo Verde

Apesar do aumento dos desembolsos líquidos da dívida externa pública, os influxos líquidos de financiamento para a economia reduziram-se em 2024. A balança financeira (excluindo os ativos de reserva) apresentou uma redução nos influxos líquidos de financiamento para a economia em 14.234,4 milhões de escudos, fixando-se nos 6.115,2 milhões de escudos. Esta evolução foi determinada, principalmente, pela diminuição dos desembolsos líquidos da dívida externa privada, dos bancos e outros setores, associado, em grande parte, ao efeito de base decorrente do aumento excecional que ocorreu no ano anterior, com a aquisição em regime de *leasing* financeiro de uma aeronave pela empresa nacional de transportes aéreos. Contribuíram, também, para a redução dos influxos líquidos de financiamento, o aumento dos ativos externos líquidos dos bancos comerciais e a queda do investimento direto estrangeiro realizado em Cabo Verde.

Dada as condições de financiamento externo ainda restritivas e ao diferencial existente entre as taxas de juro internas e as do BCE, favorável à taxa europeia, os ativos externos líquidos dos bancos comerciais registaram um aumento e o investimento direto estrangeiro realizado no país, proveniente em grande parte dos emigrantes, evidenciou uma contração de 34,9 por cento face ao ano anterior, fixando-se nos 10.510 milhões de escudos (representando 3,7 por cento do PIB). O investimento direto estrangeiro, em Cabo Verde, esteve associado a projetos de investimentos, sobretudo nos setores do turismo e imobiliária turística nas ilhas de Santiago, São Vicente e Boa Vista. O capital investido proveio maioritariamente de Portugal.

Figura 11 - Balança Financeira (em % do PIB)



Fonte: Banco de Cabo Verde
No gráfico estão destacadas as *performances* de algumas rubricas da Balança financeira. Na balança financeira, os valores negativos correspondem a aumento de passivos ou à redução de ativos que resultam em entrada de divisas e se traduzem na acumulação de reservas.

Entretanto, a contribuir positivamente para a evolução da balança financeira, destaca-se o aumento dos desembolsos líquidos da dívida pública, com os desembolsos a superarem as amortizações da dívida. Em resultado, sobretudo, da entrada de financiamento a favor do tesouro proveniente, sobretudo, do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) no montante de 25 milhões de euros, os desembolsos externos da dívida pública cresceram, em 2024, 6,7 por cento face ao ano anterior. Destaca-se, no entanto, uma redução dos desembolsos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) em, respetivamente, 21,8 e 10,1 por cento face ao ano anterior. As amortizações da dívida externa, por seu turno, registaram uma contração de 1,2 por cento face a 2023.

O desempenho bastante positivo da balança corrente, mais do que compensou, a fraca *performance* da balança financeira, pelo que, o país registou um ganho em ativos de reserva, traduzindo-se no aumento do *stock* das reservas externas líquidas, garantindo em 2024, 6,5 meses das importações. As entradas líquidas de fundos para a economia, em 2024, foram suficientes para cobrir as necessidades de financiamento, pelo que o país registou um ganho em ativos de reserva na ordem dos 51 milhões de euros. Com efeito, o *stock* de reservas internacionais líquidas aumentou, fixando-se, no final de 2024, nos 736,2 milhões de euros, permitindo garantir 6,5 meses das importações (6,2 meses de importações no final de 2023).

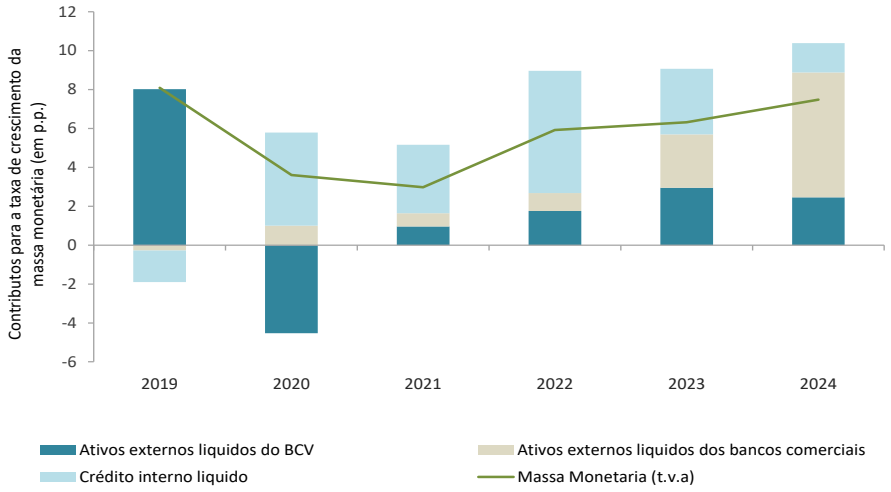
5. Situação Monetária e Financeira

A oferta monetária, em 2024, cresceu 7,5 por cento face a 2023, determinada pelos aumentos registados nos ativos externos líquidos dos bancos comerciais (em 163,2 por cento), nos ativos externos líquidos do Banco de Cabo Verde (BCV), em particular, nas reservas internacionais líquidas do país (em 7,5 por cento), bem como, no crédito interno líquido (em 2 por cento). O crédito interno líquido aumentou, devido essencialmente, à evolução positiva do crédito à economia, porquanto, o crédito líquido ao setor público administrativo registou uma contração. Refletindo a dinâmica da atividade económica nacional, o aumento dos rendimentos reais das famílias, bem como, os critérios de aprovação de novos empréstimos praticados pelos bancos ligeiramente menos restritivos para as empresas e para os particulares, com impacto no aumento da procura por crédito, em 2024, o crédito à economia cresceu 5,6 por cento. Os depósitos de poupança aumentaram em 2024, enquanto os depósitos à ordem apresentaram uma evolução mais moderada. O aumento que se verificou nas taxas de juro dos depósitos e a elevada incerteza podem ter incentivado à poupança, por motivos precaucionais.

A oferta monetária, expressa pela evolução do agregado Massa Monetária em sentido lato – M2, cresceu 7,5 por cento em 2024 face ao ano anterior. A expansão da liquidez no mercado monetário foi determinada pelos aumentos registados nos ativos externos líquidos dos bancos comerciais (em 163,2 por cento), nos ativos externos líquidos do BCV, em particular, nas reservas internacionais líquidas do país (em 7,5 por cento), bem como, no crédito interno líquido (em 2,0 por cento).

Os ativos externos líquidos dos bancos comerciais cresceram de forma mais moderada, mas o seu contributo no crescimento da oferta monetária continuou a aumentar. Os ativos externos líquidos dos bancos comerciais têm vindo a registar, em geral, um ritmo de crescimento mais lento desde julho de 2024, período em que cresceram 347,2 por cento em termos homólogos, atingindo os 28.107,1 milhões de escudos (o que se compara com 163,2 por cento em dezembro de 2024, atingindo os 24.423,7 milhões de escudos). Esta evolução indicia um abrandamento nas aplicações externas (de curto prazo) dos bancos, o que poderá estar associado, em parte, à redução gradual que se tem verificado no *spread* entre as taxas de juro internas e externas (em particular, as da Área do Euro). No entanto, apesar disso, os ativos externos líquidos dos bancos continuaram a ter um contributo significativo no crescimento da oferta monetária. Relativamente às reservas internacionais líquidas do país, estas cresceram 7,5 por cento face ao ano anterior, o que se compara com 9,4 por cento no ano anterior.

Figura 12 - Principais Determinantes da Massa Monetária (contributos para a taxa de crescimento anual em pontos percentuais)



Fonte: Banco de Cabo Verde
p.p. – pontos percentuais

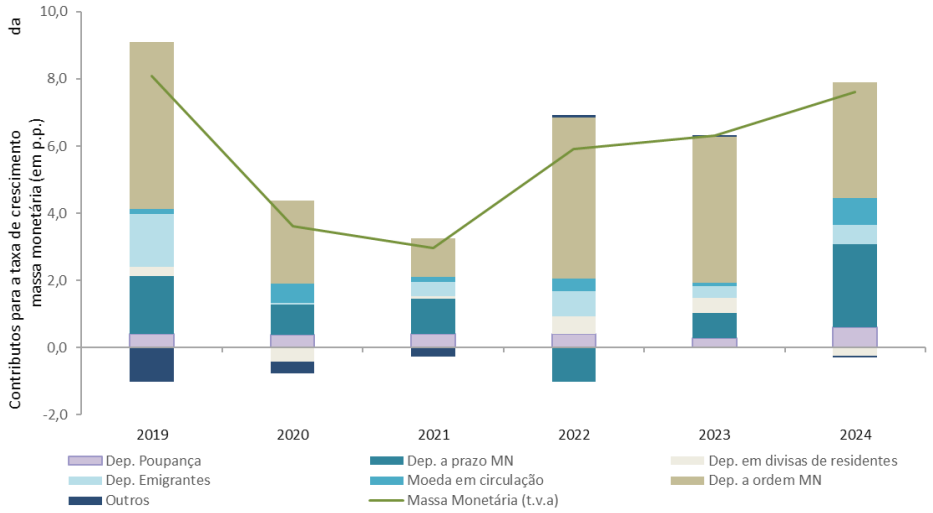
O crédito interno líquido aumentou, devido essencialmente, à evolução positiva do crédito à economia, porquanto, o crédito líquido ao setor público administrativo registou uma contração. O crédito à economia, cresceu 5,6 por cento em 2024 (5,5 por cento em 2023), refletindo a dinâmica da atividade económica nacional, o aumento dos rendimentos reais das famílias, bem como, os critérios de aprovação de empréstimos praticados pelos bancos ligeiramente menos restritivos para as empresas e para os particulares, com impacto no aumento da procura por crédito pelas empresas e particulares. Por seu turno, em resultado da queda do crédito ao governo central (em 1,5 por cento), com a redução nas emissões de obrigações de tesouro e de outros créditos em, respetivamente, 2,4 e 3,2 por cento, bem como, do aumento dos depósitos do setor público administrativo (em 13,1 por cento), o crédito líquido ao setor público administrativo reduziu 13,5 por cento face ao ano anterior.

De notar que, no âmbito do inquérito trimestral ao mercado de crédito realizado pelo BCV, ao longo do ano de 2024, os bancos reduziram ligeiramente a restritividade dos critérios de aprovação dos empréstimos, tanto para as empresas como para os particulares. As expetativas mais favoráveis quanto à atividade económica em geral e a setores de atividade específicos, as pressões exercidas pela concorrência de outras instituições bancárias, bem como, a qualidade creditícia dos consumidores e menores riscos associados às garantias exigidas justificaram, em grande medida, a ligeira redução da restritividade dos critérios de aprovação dos empréstimos para as empresas e particulares. Por sua vez, a procura de financiamento bancário pelas empresas aumentou ligeiramente, o que de acordo com os bancos, deveu-se à maior necessidade de financiamento para a cobertura de existências e de fundo de maneio e para investimento.

Relativamente a procura de financiamento bancário pelos particulares, esta, também aumentou ligeiramente, relacionado com as boas perspetivas do mercado de habitação, a maior confiança dos consumidores, o menor recurso a outras fontes de financiamento, em particular, à poupança, bem como, o nível geral das taxas de juro.

No âmbito ainda do inquérito trimestral ao mercado de crédito realizado pelo BCV, ao longo de 2024, os bancos mantiveram inalterados os termos e condições de aprovação de novos empréstimos (*spreads*, taxas de juro, comissões e outros encargos, garantias exigidas, entre outros) para as empresas, mas tornaram ligeiramente menos restritivos para os particulares, em particular, no *spread* aplicado nos empréstimos de risco médio e de maior risco.

Figura 13 - Evolução da Moeda em Circulação e dos Depósitos à Ordem e de Poupança (contributos para a taxa de crescimento anual da Massa Monetária, em pontos percentuais)



Fonte: Banco de Cabo Verde

As taxas de juro dos créditos permaneceram, em média, inalterados, enquanto as dos depósitos aumentaram em 2024. Refira-se que, em 2024, a taxa de juro dos créditos (excluindo descobertos) manteve-se inalterada face ao ano anterior, em média, nos 8,5 por cento (9,1 por cento, incluindo descobertos) e a taxa de juro dos depósitos aumentou, em média, 0,3 pontos percentuais, fixando-se nos 1,5 por cento.

Em termos de componentes do passivo, a expansão da oferta monetária traduziu a evolução dos passivos monetários e quase monetários. Os passivos monetários aumentaram 8,3 por cento face ao ano anterior, apresentando um abrandamento face ao crescimento registado no ano anterior (de 9,2 por cento), o qual deveu-se, essencialmente, à moderação registada nos depósitos à ordem em moeda nacional (que cresceu 7,8 por cento, o que se compara com 10,1 por cento no ano anterior), porquanto a moeda em circulação aumentou 13 por cento. Os

passivos quase monetários, por seu turno, registaram um crescimento de 6,7 por cento, devido ao aumento dos depósitos a prazo em moeda nacional (em 13,1 por cento), dos depósitos de poupança (em 14,4 por cento) e dos depósitos de emigrantes (em 2,3 por cento), tendo, no entanto, os depósitos em divisas de residentes registado uma queda de 9,4 por cento face ao ano anterior.

Os depósitos de poupança aumentaram, enquanto os depósitos à ordem apresentaram uma evolução mais moderada. Os depósitos de poupança (incluindo as rubricas depósitos de poupança, depósitos de poupança em moeda nacional, depósitos em divisas de residentes e depósitos de emigrantes) cresceram, 6,8 por cento em 2024, quando no ano anterior tinham crescido 3,5 por cento; enquanto os depósitos à ordem registaram uma desaceleração, aumentando 7,8 por cento em 2024 (o que se compara com 10,1 por cento em 2023). O aumento que se verificou nas taxas de juro dos depósitos e a elevada incerteza poderá se ter traduzido em um incentivo à poupança por motivos precaucionais.

6. Finanças Públicas

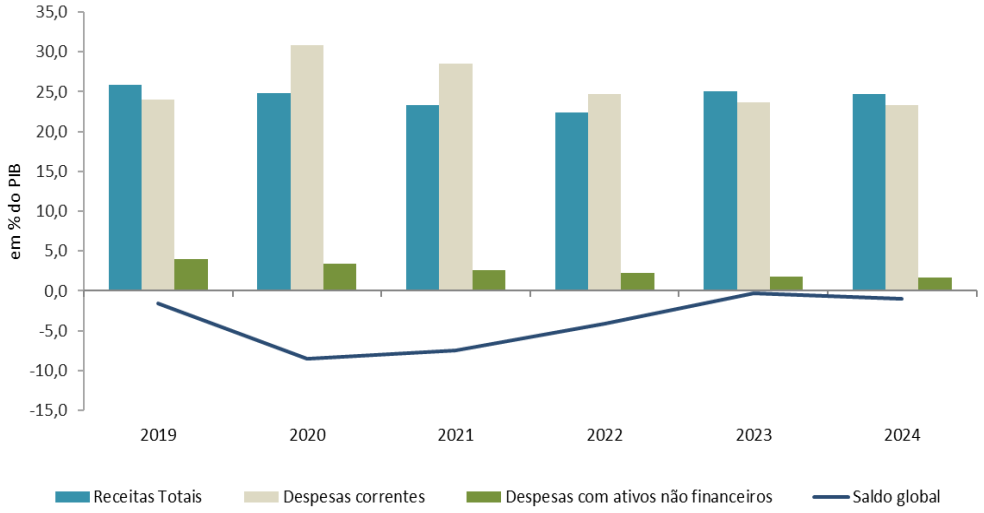
As contas públicas, em 2024, ficaram marcadas por um défice de 2.962 milhões de escudos, determinado pelo aumento das despesas correntes e com ativos não financeiros, em respetivamente, 7,8 e 48,8 por cento, bem como, pela moderação registada na arrecadação de receitas, que cresceram 7,3 por cento (o que se compara com 23,1 por cento no ano anterior).[1] *Apesar desta moderação, as receitas tiveram um contributo positivo na evolução do saldo orçamental, graças ao desempenho das receitas fiscais. Traduzindo a dinâmica da atividade económica nacional, bem como, a cobrança de dívidas negociadas em prestações, as receitas fiscais cresceram 13,8 por cento em 2024. A necessidade de financiamento do Estado determinou um maior recurso ao endividamento, pelo que o stock da dívida do Estado, incluindo os Títulos de Rendimento de Mobilização de Capital (TRMC), a 31 de dezembro de 2024, aumentou 2,8 por cento face a 2023, para os 324,4 mil milhões de escudos, representando 115 por cento do PIB de 2024 (111,1 por cento excluindo os TRMC).*

As contas públicas registaram uma deterioração em 2024, com o défice público a situar-se nos 2.962 milhões de escudos, quando no ano anterior, se situava nos 708 milhões de escudos. Esta evolução das contas públicas deveu-se ao aumento das despesas correntes e com ativos não financeiros, bem como, ao abrandamento registado nas receitas.

[1] Destaca-se aqui, o contributo da entrada expressiva da renda de concessões aeroportuárias, na rubrica "Outras receitas" que ocorreu no ano anterior e que não aconteceu este ano.

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

Figura 14 - Situação orçamental (em % do PIB)



Fonte: Ministério das Finanças. Cálculos do Banco de Cabo Verde

Saldo Global inclui donativos. Receitas e despesas públicas em percentagem do PIB. Para os cálculos foram utilizados os PIB anuais

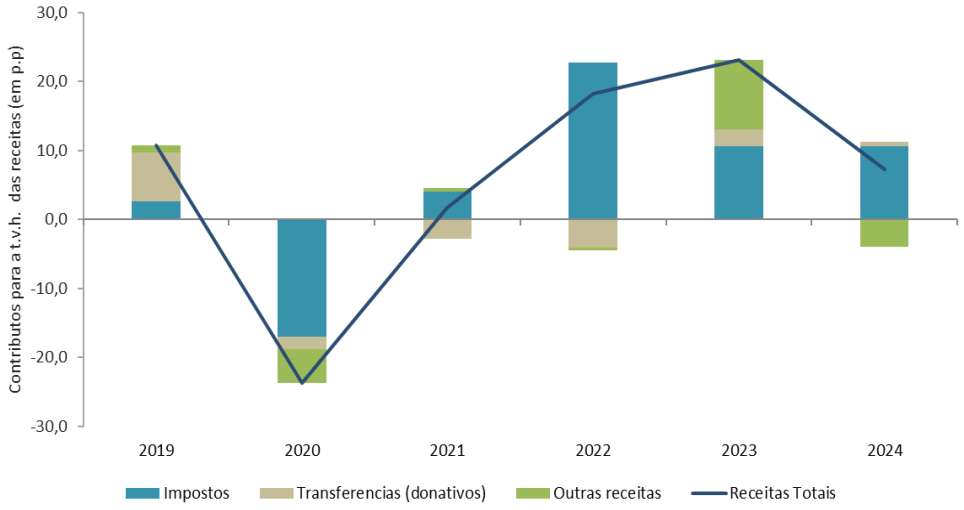
As despesas correntes apresentaram um crescimento de 7,8 por cento em 2024 (5,1 por cento em 2023). Esta evolução das despesas correntes deveu-se ao aumento dos gastos com: (i) as transferências correntes (em 21,6 por cento), sobretudo, para os municípios, no âmbito de um acordo de crédito e de contratos-programa financiados pelo Fundo de Desenvolvimento do Turismo e pelo Fundo de Desenvolvimento Sustentável do Ambiente; (ii) a aquisição de bens e serviços (em 9 por cento), sobretudo, com o pagamento de outros serviços e de assistência técnica de não residentes no âmbito da implementação de diversos projetos, e com o pagamento de deslocações, estadas e honorários; (iii) os benefícios sociais (em 10,8 por cento) devido ao aumento atribuído pelo Governo às pensões nos termos do nº 5 do artigo 10º da Lei do OE 2024 e ao maior número de pensionistas; (iv) o pagamento de juros da dívida externa (em 31 por cento) associado, sobretudo, ao início do pagamento de capital de alguns empréstimos contraídos em anos anteriores; (v) as outras despesas correntes (em 38,4 por cento) principalmente, com o pagamento de indemnizações e da prestação de dívida acumulada decorrente do protocolo assinado entre o Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial e o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), bem como, com o pagamento às organizações não governamentais no âmbito dos projetos financiados com recursos consignados; e (vi) com pessoal (em 1,2 por cento), associado, em grande parte, ao pagamento das remunerações do pessoal contratado.

Entretanto, destaca-se uma redução no pagamento de subsídios (em 20,4 por cento), devido à descontinuidade das medidas de política para reforçar a resiliência do sistema petrolífero e do sistema alimentar, face à baixa dos preços que se verificaram a nível internacional.

As despesas com ativos não financeiros aumentaram 48,8 por cento em 2024 (5,7 por cento em 2023), fixando-se nos 6.598,4 milhões de escudos (2,3 por cento do PIB). Este desempenho foi resultado do aumento das despesas com a compra de ativos não financeiros, em particular, com a execução de projetos do Programa de Investimentos Públicos, bem como, da redução das vendas de ativos não financeiros (em 10,1 por cento).

As receitas abrandaram, mas contribuíram positivamente para o saldo orçamental, graças ao aumento das receitas fiscais. As receitas cresceram 7,3 por cento em 2024, apresentando um abrandamento face ao crescimento de 23,1 por cento registado no ano anterior, o que se deveu à redução nas outras receitas e à moderação registada nas transferências (em donativos).

Figura 15 - Decomposição das Receitas Públicas (contributos em pontos percentuais para a taxa de variação anual)

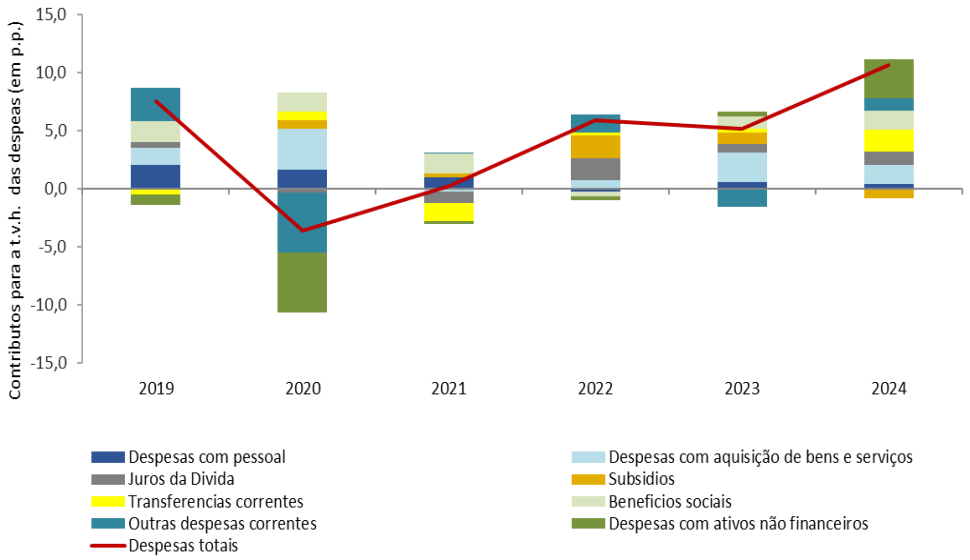


Fonte: Ministério das Finanças. Cálculos do Banco de Cabo Verde
t.v.h. taxa de variação homóloga. p.p. – pontos percentuais

As outras receitas registaram, em 2024, uma contração de 22,6 por cento (o que se compara com um aumento de 83,8 por cento em 2023), devido em grande medida, à diminuição dos rendimentos de propriedade (em 67,4 por cento) pela entrada expressiva da renda de concessões aeroportuárias que ocorreu no ano anterior e que não aconteceu este ano. Por outro lado, em resultado da moderação que se verifica nas transferências de governos estrangeiros face ao ano anterior, em particular, na entrada de ajuda orçamental e donativos diretos, as transferências (em donativos) fixaram-se nos 3.919,1 milhões de escudos, registando um aumento de 13,2 por cento em 2024 (o que se compara com um crescimento de 62,4 por cento em 2023).

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

Figura 16 - Decomposição das Despesas Públicas (contributos em pontos percentuais para a taxa de variação anual)



Fonte: Ministério das Finanças. Cálculos do Banco de Cabo Verde
t.v.h.- taxa de variação homóloga. p.p. – pontos percentuais

No entanto, traduzindo a dinâmica da atividade económica nacional e a cobrança de dívidas negociadas em prestações, as receitas de impostos evoluíram positivamente, crescendo 13,8 por cento em 2024 (12,6 por cento em 2023), devido ao aumento registado na arrecadação dos principais impostos, nomeadamente, impostos sobre o valor acrescentado (em 12,2 por cento), sobre o rendimento de pessoas singulares e coletivas (em 17,9 por cento), sobre as transações internacionais (em 12,5 por cento) e sobre o consumo (em 14,7 por cento).

A necessidade de financiamento do Estado determinou um maior recurso ao endividamento, pelo que, o *stock* da dívida pública aumentou. O endividamento interno líquido foi positivo no montante de 3.028,5 milhões de escudos, e o endividamento externo líquido também positivo no montante de 1.200,3 milhões de escudos, com os desembolsos a superarem as amortizações da dívida. Com efeito, de acordo com dados do BCV, o *stock* total da dívida do Estado incluindo os Títulos de Rendimento de Mobilização de Capital (TRMC), a 31 de dezembro de 2024, aumentou 2,5 por cento, para os 324,4 mil milhões de escudos, representando 115 por cento do PIB de 2024 (111,1 por cento, excluindo os TRMC). Em particular, os *stocks* da dívida interna e externa aumentaram, respetivamente, 5,5 e 0,8 por cento, fixando-se nos 118,1 e 206,3 mil milhões de escudos, representando 41,9 e 73,1 por cento do PIB de 2024.

Perspetivas de Evolução da Economia no Curto Prazo

7. Hipóteses de Enquadramento das Projeções

As atuais projeções macroeconómicas do BCV, para 2025 e 2026, enquadram os desenvolvimentos macrofinanceiros recentes do país, as hipóteses técnicas de evolução do contexto externo relevante para a economia nacional, assim como as orientações de políticas macroeconómicas suscetíveis de gerar impactos no horizonte temporal das projeções. Fundamentam-se em pressupostos teóricos e no conhecimento empírico da economia do país, que enformam o modelo de programação macrofinanceira do Banco Central.

Hipóteses do Contexto Externo

Desaceleração do crescimento económico mundial, com a rápida escalada das tensões comerciais e os níveis extremamente altos de incerteza política. De acordo com as projeções do *World Economic Outlook* (WEO) de abril de 2025 do Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB real mundial deverá cair de 3,3 por cento em 2024 para 2,8 por cento em 2025 e 3 por cento em 2026, o que é inferior às projeções do WEO de janeiro de 2025, em 0,5 pontos percentuais para 2025 e 0,3 pontos percentuais para 2026, com revisões em baixa para quase todos os países. Estas revisões refletem, em grande parte, os efeitos diretos das novas medidas comerciais e seus efeitos indiretos, por meio de repercussões nos vínculos comerciais, aumento da incerteza e deterioração do sentimento económico. Para as economias avançadas, o crescimento deverá cair de 1,8 por cento em 2024 para 1,4 por cento em 2025 e 1,5 por cento em 2026, com revisões em baixa do crescimento, sobretudo, das economias dos EUA e da Área do Euro. E, para as economias emergentes e em desenvolvimento, o crescimento deverá cair de 4,3 por cento em 2024 para 3,7 por cento em 2025 e 3,9 por cento em 2026, com revisões em baixa significativas para os países mais afetados pelas recentes medidas comerciais, como a China.

De notar que, desde a divulgação do WEO de janeiro de 2025, uma série de novas medidas tarifárias tomadas pelos EUA e contramedidas pelos seus parceiros comerciais foram anunciadas e implementadas, culminando em tarifas americanas quase universais no dia 2 de abril e elevando as tarifas efetivas a níveis não vistos em um século. Isso, por si só, representa um grande choque negativo para o crescimento mundial. Por outro lado, a imprevisibilidade com que essas medidas vêm se desenrolando também têm um impacto negativo na atividade económica mundial e nas perspetivas, à medida que empresas e famílias respondem adiando investimentos e gastos. Com efeito, as projeções do WEO de abril de 2025 baseiam-se em informações disponíveis até 4 de abril de 2025 (incluindo os anúncios de tarifas entre 1 de fevereiro e 4 abril e as respostas iniciais).[2]

[2] Em 1 de fevereiro, decretos assinados pelo presidente dos EUA, Donald J. Trump, impuseram tarifas sobre o Canadá, a China

Crescimento contido das economias da Área do Euro e do Reino Unido e desaceleração da economia dos EUA. Na Área do Euro, espera-se que o crescimento diminua ligeiramente de 0,9 por cento em 2024 para 0,8 por cento em 2025, antes de uma modesta recuperação para 1,2 por cento em 2026. A crescente incerteza em termos de política comercial e as tarifas são os principais impulsionadores do crescimento contido em 2025, tendo sido revisto em baixa em 0,2 pontos percentuais face à projeção do WEO de janeiro de 2025. No entanto, em 2026, registará uma recuperação modesta (apesar da revisão em baixa em 0,2 pontos percentuais) devido, sobretudo, ao aumento do consumo, impulsionado pelo crescimento dos salários reais, pelo mercado de trabalho ainda forte (embora em arrefecimento), pela queda da inflação, bem como, por um declínio moderado na taxa de poupança das famílias do nível atual ainda elevado. O investimento deverá se fortalecer gradualmente, refletindo principalmente, a flexibilização das condições de financiamento, os efeitos indiretos positivos dos fundos *Next Generation* EU (NGEU) e a melhoria da procura interna e externa, com esta última a apoiar o crescimento das exportações. A recuperação da Área do Euro, em 2026, deverá, também, refletir a flexibilização fiscal na Alemanha, após grandes mudanças em sua regra fiscal.

À semelhança da Área do Euro, para o Reino Unido projeta-se, também, um crescimento contido de 1,1 por cento, em 2025 (1,1 por cento em 2024) e uma recuperação modesta para 1,4 por cento, em 2026. Em comparação com as projeções do WEO de janeiro de 2025, o crescimento foi revisto em baixa em 0,5 pontos percentuais em 2025 e 0,1 pontos percentuais em 2026, traduzindo uma menor transferência de resultados de 2024 do que o esperado, o impacto dos recentes anúncios de tarifas, um aumento nos rendimentos dos títulos públicos britânicos e o consumo privado mais fraco em meio à inflação mais alta, como resultado dos preços regulados e dos custos de energia. Nos EUA, espera-se que o crescimento desacelere de 2,8% em 2024 para 1,8% em 2025 e 1,7% em 2026, tendo sido revisto em baixa em 0,9 pontos percentuais em 2025 e 0,4 pontos percentuais em 2026 face à projeção do WEO de janeiro de

e o México. Uma tarifa adicional de 10% sobre todas as importações da China entrou em vigor em 4 de fevereiro, e outros 10% foram impostos em 4 de março. A China respondeu com tarifas de 10% a 15% sobre as importações de produtos agrícolas, commodities energéticas e equipamentos agrícolas selecionados dos EUA, que entraram em vigor em 10 de fevereiro, e sobre as importações de produtos agrícolas, que entraram em vigor em 10 de março. Tarifas de 25% sobre todas as importações de bens não energéticos do Canadá (para energia, 10%) e de 25% sobre todas as importações do México entraram em vigor em 4 de março, com a isenção de bens em conformidade com o Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA). O Canadá anunciou contratarifas de 25% sobre aproximadamente 40% das importações canadenses de produtos dos Estados Unidos. O México indicou a intenção de responder sem especificar as medidas a serem empregadas, portanto, a previsão não inclui nenhuma tarifa adicional imposta às importações mexicanas dos Estados Unidos. Os Estados Unidos, também, expandiram as tarifas sobre aço e alumínio, a partir de 12 de março, removendo todas as isenções e impondo uma tarifa de 25% sobre importações de aço e aumentando a alíquota da tarifa sobre alumínio de 10 para 25%. Em 26 de março, os Estados Unidos anunciaram uma tarifa de 25% sobre todos os automóveis e autopeças, excluindo o conteúdo americano em automóveis e exportações de autopeças. Essa tarifa entrou em vigor em 3 de abril para automóveis, enquanto a implementação para autopeças foi adiada para 3 de maio. O Plano Justo e Recíproco dos EUA foi introduzido em 2 de abril, impondo uma tarifa mínima de 10% a todos os países, exceto Canadá e México, e taxas específicas por país de até 50% para cerca de 60 países. A tarifa mínima universal de 10% entrou em vigor em 5 de abril, e as demais tarifas entrariam em vigor em 9 de abril. Isenções se aplicavam a categorias de bens considerados críticos, como produtos farmacêuticos, semicondutores, energia e certos minerais. As contramedidas do Canadá, anunciadas em 3 de abril, consistiram em tarifas de 25% sobre veículos totalmente montados e não compatíveis com o USMCA, importados dos Estados Unidos. Em 4 de abril, a China anunciou tarifas de 34%, correspondentes ao aumento das tarifas americanas sobre importações da China, que entrariam em vigor em 10 de abril. De acordo com a previsão, presume-se que a incerteza da política comercial permanecerá elevada até 2025 e 2026.

2025. Esta revisão em baixa reflete a maior incerteza política, tensões comerciais e uma perspetiva de procura mais fraca, dado o crescimento do consumo mais lento do que o previsto anteriormente. As tarifas devem também pesar sobre o crescimento em 2026, em meio ao consumo privado moderado.

Quadro 2 - Hipóteses externas do exercício de projeção

	2022	2023	2024	2025P			2026P		
				out/24	jan/25	abr/25	out/24	jan/25	abr/25
Produto Interno Bruto em volume (t.v., %)									
Mundo	3,5	3,3	3,3	3,2	3,3	2,8	3,3	3,3	3,0
Área do Euro	3,4	0,4	0,9	1,3	0,9	0,8	1,5	1,2	1,2
EUA	1,9	2,9	2,8	2,2	2,7	1,8	2,0	2,1	1,7
Reino Unido	4,3	0,3	1,1	1,5	1,6	1,1	1,5	1,5	1,4
Comércio Volume (t.v.a., %)									
Comércio mundial de bens e serviços	5,2	0,7	3,8	3,4	3,2	1,7	3,4	3,3	2,5
Importações da Área do Euro	8,0	0,7	0,1	2,8	1,9	1,9	3,3	2,6	2,6
Importações do Reino Unido	13,0	-4,5	2,7	0,7	3,5	1,8	1,0	3,0	1,2
Mercado de Trabalho (Taxa de Desemprego)									
Área do Euro	6,7	6,5	6,4	6,5	6,3	6,4	6,5	6,3	6,3
EUA	3,6	3,6	4,0	4,4	4,4	4,2	4,3	4,3	4,2
Reino Unido	3,8	4,0	4,3	4,1	4,5	4,5	4,0	4,8	4,4
Preço das Matérias-Primas (t.v.,%)									
Energéticas	39,2	-16,4	-1,8	-10,4	-11,7	-15,5	-3,6	-2,6	-6,8
Não energéticas	7,9	-5,7	3,7	-0,2	2,5	4,4	0,8	-0,1	0,2
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (t.v.h.,%)									
Área do Euro	8,4	5,4	2,4	2,2	2,3	2,1	1,9	1,9	1,9
EUA	8,0	4,1	3,0	1,9	2,7	3,0	2,1	2,2	2,5
Reino Unido	9,1	7,3	2,5	2,1	3,5	3,1	2,0	2,5	2,2
Portugal	8,1	5,3	2,7	2,1	2,1	2,1	2,0	2,0	2,0
Taxa de Câmbio do Euro									
Efectiva do Euro (t.v.a. em %)	-3,6	4,9	1,9	0,5	-1,5	-1,5	0,0	0,0	0,0
Euro - Dólar (v.m.a. em dólares)	1,05	1,08	1,08	1,10	1,04	1,04	1,10	1,04	1,04
Taxa de Juro (%)									
Curto Prazo (Euribor 3 meses)	0,3	3,4	3,6	2,5	2,2	2,2	2,2	2,0	2,0

Fonte: World Economic Outlook; Fundo Monetário Internacional; Banco Central Europeu;Banco de Inglaterra; Federal Reserve Board
E- Estimativas; P - Projeções; t.v.r. - taxa de crescimento real;
t.v.h. - taxa de variação homóloga; t.v.a. - taxa de variação anual;
v.m.a. - valor médio anual.

Abrandamento do comércio mundial, no contexto de aumento das restrições tarifárias e de elevada incerteza da política comercial. O comércio global em 2024 foi apoiado, até certo ponto, por empresas que anteciparam alguns fluxos comerciais (importações) dada a elevada incerteza da política comercial e de possíveis restrições comerciais mais rígidas, principalmente, nos Estados Unidos. No entanto, espera-se que esse fator temporário (que apoiou o comércio mundial em 2024, à medida que empresas nos Estados Unidos, em particular, constituíam reservas de fatores de produção externos antes de possíveis perturbações no comércio), se desvaneça, progressivamente, em 2025, com o impacto das tarifas. Nesse contexto, espera-se que o comércio global se abrande em 2025, refletindo o aumento das

restrições tarifárias que afetam os fluxos comerciais, a redução dos efeitos de fatores cíclicos que sustentaram o recente aumento do comércio de bens, bem como, a elevada incerteza da política comercial. Com efeito, o comércio mundial deverá desacelerar de 3,8 por cento em 2024 para 1,7 por cento em 2025, e recuperar ligeiramente para 2,5 por cento em 2026, com uma revisão em baixa de 1,5 pontos percentuais em 2025 e de 0,8 pontos percentuais em 2026 em comparação com as previsões do WEO de janeiro de 2025.

Mercado de trabalho com sinais de arrefecimento no Reino Unido e EUA; no entanto, na Área do Euro permanece resiliente. Espera-se um aumento do desemprego nos EUA e no Reino Unido. No entanto, na Área do Euro, o mercado de trabalho deverá permanecer forte, devendo a taxa de desemprego manter-se em níveis baixos ao longo do horizonte de projeção refletindo o crescimento (embora contido) da atividade económica. Na Área do Euro, a taxa de desemprego deverá manter-se em 6,4 por cento em 2025 (6,4 por cento em 2024) e reduzir para 6,3% em 2026. De acordo com projeções do BCE de março de 2025, prevê-se ainda, uma moderação do emprego, crescendo apenas 0,4% em 2025 e 2026, traduzindo o desvanecimento gradual dos fatores cíclicos que apoiaram o emprego no passado recente – tais como a escassez significativa de mão-de-obra, o crescimento elevado dos lucros, salários reais fracos e um crescimento robusto da força de trabalho. No entanto, nos EUA e no Reino Unido, espera-se um ligeiro arrefecimento do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a aumentar para, respetivamente, 4,2% e 4,5% em 2025 e 4,2 e 4,4 por cento em 2026 (o que se compara com 4,0 e 4,3 por cento em 2024).

Redução dos preços das matérias-primas energéticas e aumento dos preços das matérias-primas não energéticas. Os preços das matérias-primas energéticas deverão cair 15,5 por cento em 2025 e 6,8 por cento em 2026, tendo sido revistos em baixa face às projeções do WEO de janeiro de 2025, refletindo o declínio nos preços do petróleo impulsionado pela fraca procura chinesa e forte oferta de países fora da OPEP+ (a organização dos países exportadores de petróleo, incluindo a Rússia e outros exportadores de petróleo não pertencentes a OPEP). As preocupações acerca do impacto das disputas comerciais sobre a atividade mundial exerceram uma pressão em sentido descendente sobre os preços do petróleo, o que foi reforçado ainda mais por uma acumulação inesperada de existências de petróleo bruto dos EUA, indicando uma procura mais fraca do que o esperado de petróleo no país. Por seu turno, os preços das matérias-primas não energéticas deverão aumentar de 3,7 por cento em 2024 para 4,4 por cento em 2025 e crescer ligeiramente em 0,2 por cento em 2026, tendo sido revistos em alta em 1,9 pontos percentuais em 2025 e 0,3 pontos percentuais em 2026 em comparação com as projeções do WEO de janeiro de 2025, devido às revisões em alta dos preços de alimentos e bebidas, associado ao mau tempo que afeta os grandes produtores.

Redução da inflação na Área do Euro e Aumento nos EUA e no Reino Unido; no entanto, sujeito a alta incerteza, no que se refere aos efeitos das tarifas. Traduzindo, a redução dos preços das matérias-primas energéticas, o abrandamento das pressões sobre os custos do

trabalho, em particular, das pressões salariais (à medida que as pressões de compensação da inflação reduzem), bem como, o impacto desfasado da restritividade da política monetária, a inflação na Área do Euro deverá reduzir de 2,4 por cento em 2024 para 2,1 por cento em 2025 e 1,9 por cento em 2026, com as taxas permanecendo inalteradas face às projeções do WEO de janeiro de 2025. No entanto, espera-se um aumento da taxa de inflação do Reino Unido em 2025, passando de 2,5 por cento em 2024 para 3,1 por cento em 2025, e uma redução para 2,2 por cento em 2026. A projeção da taxa de inflação do Reino Unido para 2025 foi revista em alta em 0,7 pontos percentuais face às projeções do WEO de janeiro de 2025, devido principalmente, a mudanças pontuais de preços regulados. Nos EUA, a taxa de inflação vai se manter nos 3 por cento em 2025, antes de reduzir para 2,2 por cento em 2026. A taxa de inflação dos EUA para 2025 foi também revista em alta face às projeções do WEO de janeiro de 2025, em 1 ponto percentual, refletindo a dinâmica persistente de preços no setor de serviços, bem como, um recente aumento no crescimento dos preços de bens essenciais (excluindo alimentos e energia) e o choque de oferta causado pelas tarifas recentes.[3]

Redução da restritividade das condições monetárias e financeiras nos principais parceiros do país. Espera-se que a Reserva Federal, o BCE e o Reino Unido continuem a reduzir as suas taxas de juro de referência, embora em ritmos diferentes entre si. Em particular, nos Estados Unidos, projeta-se que a taxa de fundos federais caia para 3,9 por cento em 2025 e 3,4 por cento em 2026 e atinja seu equilíbrio de longo prazo de 2,9 por cento no final de 2028. Na Área do Euro, a taxa de juro Euribor de curto prazo (a 3 meses) deverá cair de 3,6 por cento em 2024 para os 2,2 por cento em 2025 e 2,0 por cento em 2026. Por outro lado, o Euro deverá depreciar-se em termos efetivos nominais em 1,5% em 2025 e manter-se estável em 2026. O Euro deverá ainda depreciar-se face ao dólar, em 3,7% em 2025 e manter-se estável em 2026.

A política orçamental dos parceiros, em particular, da Área do Euro, poderá ser ligeiramente restritiva em 2025 e neutra em 2026. De acordo com as projeções macroeconómicas do BCE de março de 2025, após um aperto significativo estimado para 2024, a política orçamental da Área do Euro deverá apertar apenas ligeiramente em 2025 e ser neutra em 2026. Para 2025, as medidas de política orçamental discricionária – refletindo os planos orçamentais dos governos da Área do Euro, alguns dos quais ainda não foram totalmente aprovados pelos parlamentos nacionais – apontam para um aperto, refletindo principalmente, aumentos em impostos e contribuições para a previdência social. Esse aperto será amplamente compensado pelo aumento do investimento público e maiores transferências, bem como, pelo afrouxamento orçamental devido a fatores não discricionários. Para 2026, projeta-se que a política orçamental seja neutra.

[3] A perspetiva de inflação como um todo melhorou, mas ainda não retornou totalmente aos padrões pré-pandêmicos e está sujeita a alta incerteza. Em particular, os efeitos das tarifas recentemente impostas sobre a inflação dependerão da perceção de que as tarifas são temporárias ou permanentes, da extensão em que as empresas ajustam suas margens para compensar o aumento dos custos de importação e de as importações serem faturadas em dólares americanos ou em moeda local.

De acordo com o WEO de abril de 2024, os riscos em torno das projeções para o crescimento e a inflação global estão mais inclinados para o lado negativo. Dos riscos negativos, destacam-se:

(i) Medidas comerciais crescentes e incerteza prolongada na política comercial: a intensificação de uma guerra comercial poderá afetar negativamente o PIB mundial. No entanto, a magnitude deste efeito poderá variar entre os países, dependendo da rapidez com que os países possam impulsionar o consumo interno, redirecionar os fluxos comerciais e aumentar a produtividade e a competitividade, bem como, do alcance e da intensidade das contramedidas, incluindo medidas não tarifárias. O surgimento de novos *clusters* comerciais poderá fragmentar os fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE) e pesar sobre a acumulação de capital. E, o aumento das tensões geopolíticas poderá abrir a possibilidade de mudanças repentinas no sistema monetário internacional, com potenciais implicações para a estabilidade macrofinanceira. Por outro lado, uma guerra comercial poderá também alimentar pressões inflacionárias, principalmente por meio do aumento dos preços das importações.

Além do risco de barreiras comerciais adicionais, a incerteza prolongada em relação às políticas comerciais poderá representar outro risco ao investimento e ao crescimento; se a incerteza permanecer alta por muito tempo, as empresas poderão adiar projetos de investimento, com a consequente redução do investimento global. Além disso, a incerteza diminuirá a procura, minando a confiança, e corroendo o rendimento do consumidor no médio prazo, restringindo o investimento e sufocando o comércio;

(ii) Volatilidade e correção do mercado financeiro: em alguns países, se a inflação persistir ou recuperar o impulso ascendente devido a novas políticas, os bancos centrais podem manter as taxas de juros em níveis mais altos do que o previsto atualmente. Isso pode resultar em diferenciais de taxas de juros entre países, o que pode desencadear saídas de capital e condições financeiras mais restritivas, especialmente em economias de mercados emergentes e em desenvolvimento. A piora das condições financeiras globais e perturbações mais amplas no sistema monetário internacional podem desencadear crises na balança de pagamentos em países pequenos com acesso limitado ao mercado, altas necessidades de refinanciamento e fraca capacidade de negociação. Por outro lado, uma correção do mercado financeiro mais profunda do que a experimentada recentemente poderá ser desencadeada por um crescimento dos EUA mais fraco do que o esperado, em parte induzida por mudanças de política, e repercutir nas posições de instituições financeiras não bancárias e empresas com altas necessidades de refinanciamento de curto prazo. Na Europa, uma correção do mercado pode ocorrer se as negociações de paz na Ucrânia não chegarem a uma resolução duradoura;[4]

[4] Os mercados financeiros, apesar de algumas correções recentes, continuam a oferecer avaliações relativamente altas e prêmios de risco baixos. Nas últimas semanas, os mercados financeiros internacionais têm estado particularmente sensíveis a algumas surpresas negativas nos dados macroeconômicos, à evolução de vários conflitos geopolíticos — em particular no que diz

(iii) Aumento das taxas de juros de longo prazo: a pressão adicional sobre os rendimentos já elevados dos títulos americanos, aliada à volatilidade cambial persistente impulsionada por mudanças adicionais de política monetária e à incerteza política, também pode desencadear saídas de capital e de IDE de economias de mercados emergentes e em desenvolvimento. Além disso, pode restringir o espaço fiscal já limitado ou exacerbar as preocupações com a sustentabilidade fiscal, especialmente em países altamente endividados. Consequentemente, isso pode levar a uma dinâmica de espiral da dívida na qual os custos dos empréstimos aumentam à medida que os ajustes fiscais se tornam cada vez mais inatingíveis;

(iv) Crescente descontentamento social: a crise do custo de vida, combinado com a redução das perspetivas de crescimento, pode exacerbar a agitação social, dificultando as reformas estruturais necessárias para o crescimento. Um ressurgimento da inflação nos preços de alimentos e energia, impulsionado pela fragmentação do mercado de *commodities* ou pela intensificação de desastres relacionados ao clima, pode piorar as condições de vida e aumentar as preocupações com a segurança alimentar, especialmente em países de baixa renda;

(v) Gaps na oferta de mão-de-obra: muitos países têm contado com trabalhadores estrangeiros para lidar com a escassez de mão-de-obra, principalmente após a Covid-19. Embora uma redução no fluxo de trabalhadores estrangeiros possa aliviar as pressões sobre os serviços e as infraestruturas locais e proporcionar um pequeno aumento no rendimento, a produção diminuiria nos países recetores e, globalmente, a longo prazo. A consequente redução na oferta de mão-de-obra pode representar riscos à sustentabilidade fiscal e prejudicar o crescimento potencial, especialmente em países onde os imigrantes legais tendem a estar bem integrados e suas habilidades atendem e complementam as necessidades do mercado de trabalho.

No entanto, apesar da maior prevalência de riscos negativos, resultados mais favoráveis para o crescimento global do que o previsto também poderão ser plausíveis, com:

(i) Acordos comerciais de próxima geração: a incerteza contínua e elevada em relação à política comercial pode gerar um novo impulso em direção a acordos comerciais regionais, plurilaterais e multilaterais (não discriminatórios) que podem mitigar riscos e promover a previsibilidade das políticas. Por outro lado, a expansão e o aprofundamento, da cooperação internacional e da integração regional (por exemplo, o mercado único da UE) podem aumentar o investimento, impulsionar a produtividade, elevar o crescimento potencial e reforçar a resiliência dos países a choques externos, expandindo o mercado e diversificando os parceiros comerciais;

respeito a uma possível resolução da guerra na Ucrânia — e aos numerosos anúncios ligados a várias medidas de política econômica — em particular no que diz respeito às tarifas nos Estados Unidos e à possibilidade de uma maior expansão fiscal na UE, ligada aos gastos com defesa. Tudo isso gerou uma certa volatilidade nos mercados recentemente, embora os prêmios de risco permaneçam em níveis relativamente baixos. De qualquer forma, não deve ser descartada a possibilidade de correções bruscas na valorização dos ativos financeiros nos mercados internacionais, o que poderia ter um impacto muito adverso no crescimento económico global e na confiança dos agentes.

(ii) Mitigação de conflitos: a resolução ou mitigação de conflitos em curso poderia levar a uma redução nos preços globais das *commodities* e realocar recursos para usos produtivos. A cessação das hostilidades, juntamente com os esforços subsequentes de reconstrução, não apenas impulsionaria o crescimento do PIB em países diretamente envolvidos em conflitos, mas também teria uma influência positiva sobre os países vizinhos. Por exemplo, um cessar-fogo na Ucrânia tem o potencial de impulsionar o crescimento na região, por meio da recuperação da confiança do consumidor e da redução dos preços da energia, especialmente na Europa;

(iii) Aceleração das reformas estruturais: uma aceleração generalizada das reformas estruturais poderia impulsionar significativamente o crescimento. A simplificação das regulamentações e a redução da burocracia desbloqueariam a entrada no mercado e aumentariam a concorrência, aprimorando o dinamismo empresarial e a realocação de recursos. Por exemplo, na Europa, a eliminação das barreiras internas remanescentes permitiria que as empresas crescessem. Acelerar a integração europeia, reduzindo os obstáculos regulatórios e fortalecendo a União dos Mercados de Capitais, poderia aumentar o investimento, elevar a produtividade e elevar o crescimento potencial.

Hipóteses do Contexto Interno

Manutenção da política monetária restritiva, com a estabilidade da taxa de juro diretora no nível atual. Considerando que, nos últimos dados disponíveis de abril de 2025, o *spread* entre a taxa de juro diretora do BCV e a taxa das operações principais de refinanciamento do BCE, se situa em 10 pontos base à favor da taxa do BCV, e que o BCE continuará a reduzir a restritividade da sua política monetária até finais de 2026, o Banco Central manterá a sua política monetária restritiva, estabilizando a taxa de juro diretora no nível atual.

Condições de financiamento desfavoráveis para os agentes económicos em 2025 e 2026. Antecipa-se a manutenção das condições de financiamento restritivas para as famílias e as empresas, com as taxas de juro mantendo-se inalteradas.

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2025 prioriza, em geral, a maior eficiência na aquisição de bens e serviços, a contínua redução das medidas de apoio (subsídios) relacionados com os preços dos produtos energéticos, bem como, o reforço da tributação sobre os produtos nocivos à saúde e ao ambiente. O OGE perspetiva algumas medidas de política com impacto nas projeções, de entre as quais, destaca-se: (i) a racionalização das despesas com deslocação e estadas, viagens e ajudas de custo, optando sempre que possível, pela utilização das novas tecnologias e plataformas de comunicação; (ii) a redução dos custos com combustível e lubrificantes com a introdução de veículos elétricos no parque automóvel do Estado e uso da energia solar nos edifícios públicos, por forma a reduzir os encargos com as

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

faturas da energia elétrica; (iii) a otimização da gestão do património imobiliário, incluindo, uso mais eficiente de espaço e eliminação de arrendamentos onerosos; (iv) o reforço da tributação ambiental e de saúde, nomeadamente, sobre os produtos nocivos tanto à saúde como ao ambiente (os produtos salgados, engordurados, açucarados, tabaco, bebidas alcoólicas, produtos petrolíferos); (v) a fixação da Remuneração Mínima Mensal Garantida aos funcionários e trabalhadores da Administração Pública em 19.000 escudos, (vi) a fixação do valor da retribuição mínima mensal garantida devida aos trabalhadores por conta de outrem, desde que sujeitos ao período normal de trabalho, em 17.000 escudos; (vii) a implementação da taxa específica sobre o álcool devidas nas importações e impostos sobre consumos especiais na produção local de bebidas alcoólicas; (viii) a implementação de uma taxa de carbono tendente a financiar exclusivamente ações de mitigação e adaptação dos efeitos das alterações climáticas; e, (ix) a atualização dos salários e implementação dos respetivos Planos de Carreiras, Funções e Remunerações do Pessoal Docente, Médico e Enfermagem, bem como, a atualização do salário dos Magistrados dentro do limite da disponibilidade orçamental prevista.

O OGE para 2025 prevê uma melhoria do défice orçamental, com o aumento das receitas a superar o aumento das despesas correntes. Prevê, igualmente, um incremento nas despesas com o programa de investimentos públicos.

Impacto limitado das tarifas anunciadas pela nova Administração dos EUA: o efeito das tarifas nas projeções macroeconómicas para a economia cabo-verdiana é limitado, considerando que, tendo em conta estudos de impacto elaborados pelo BCE e pelo FMI: (i) o impacto sobre o crescimento económico da Área do Euro (principal parceiro comercial, representando cerca de 70 por cento das importações de Cabo Verde) é marginalmente negativo, com um maior impacto para os países que sofrem aumentos tarifários mais elevados ou que estejam mais diretamente expostos (como o Canadá, o México, a China e os EUA); e (ii) o impacto sobre a inflação é incerto, dependendo de vários fatores (entre os quais, se as tarifas são temporárias ou permanentes e se o dólar desempenha ou não um papel central no facturamento do comércio global); no entanto, de acordo com o BCE, terá implicações reduzidas na inflação da Área do Euro, dado que o impacto das tarifas em sentido ascendente nos preços das importações através de custos mais elevados ao longo das cadeias de oferta deverá ser compensado pelo impacto em sentido descendente da maior oferta de bens provenientes da China nos mercados europeus.

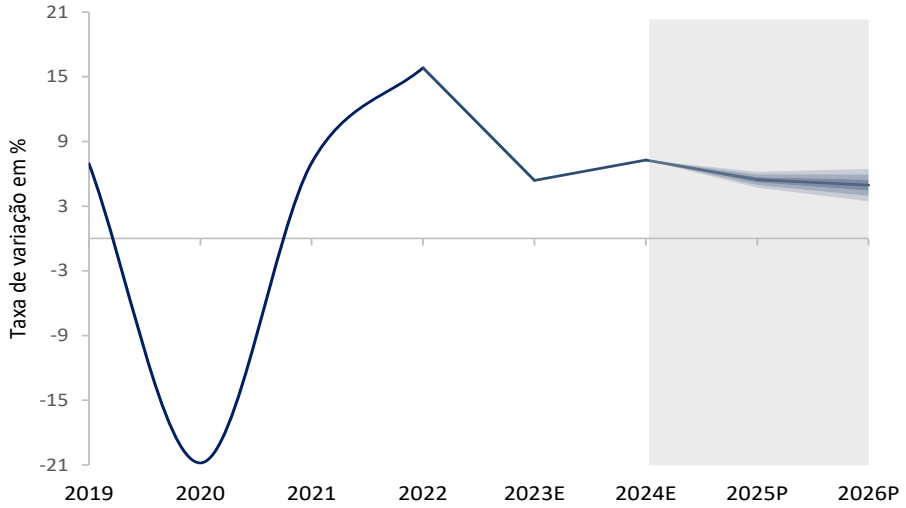
8. Projeção dos Principais Indicadores Económicos e Financeiros

Nos últimos meses, a atividade económica global se tem desenvolvido em um ambiente caracterizado pela crescente incerteza e complexidade geopolítica. A incerteza em relação às políticas económicas ou ao grau de tensões geopolíticas e comerciais internacionais teve um

aumento significativo nos últimos meses. Essa deterioração está, em grande medida, associada às diversas medidas anunciadas pela nova administração dos EUA - principalmente na área de tarifas - às dúvidas em torno de seu potencial impacto macroeconómico e financeiro e às potenciais reações de autoridades em algumas outras regiões económicas importantes, como a China e a União Europeia.

Evidências históricas sugerem que, nesses tipos de cenários, o crescimento económico das economias no geral acaba sendo afetado. A incerteza e as tensões geopolíticas e/ou comerciais muitas vezes fazem com que famílias e empresas adiem suas decisões de gastos e investimentos, o que contribui para desacelerar o crescimento do PIB. Além disso, as tensões comerciais e geopolíticas também podem afetar a produção se aumentarem os riscos de fornecimento e interromperem o funcionamento das cadeias de valor globais; desenvolvimentos que, como foi observado durante certas fases da pandemia e da crise energética, podem revelar-se particularmente negativos.

Figura 17 - Crescimento Real do PIB (Taxas de variação anuais, em percentagem)



Fonte: Banco de Cabo Verde
A linha vertical indica o início do atual horizonte de projeção. Os intervalos em torno das projeções centrais proporcionam uma medida do grau de incerteza e são simétricos por construção. As bandas, da mais escura à mais clara, ilustram as probabilidades de 30%, 60% e 90% do resultado para o crescimento real do PIB se situar dentro dos intervalos correspondentes.

Tendo em conta esse ambiente complexo e de elevada incerteza, as perspetivas atualizadas do Banco de Cabo Verde (BCV) apontam para um abrandamento do crescimento da economia nacional. Assim, o PIB em volume deverá abrandar para valores mais consistentes com a capacidade potencial de crescimento da economia cabo-verdiana, crescendo em torno de 5,5 por cento, em 2025 e 5,0 por cento, em 2026. Esta evolução deverá refletir um menor contributo da procura externa líquida para o crescimento do PIB, como resultado de um abrandamento no ritmo de crescimento das exportações de serviços de turismo face às elevadas taxas atualmente observadas, bem como, do aumento que se espera das importações. O crescimento económico

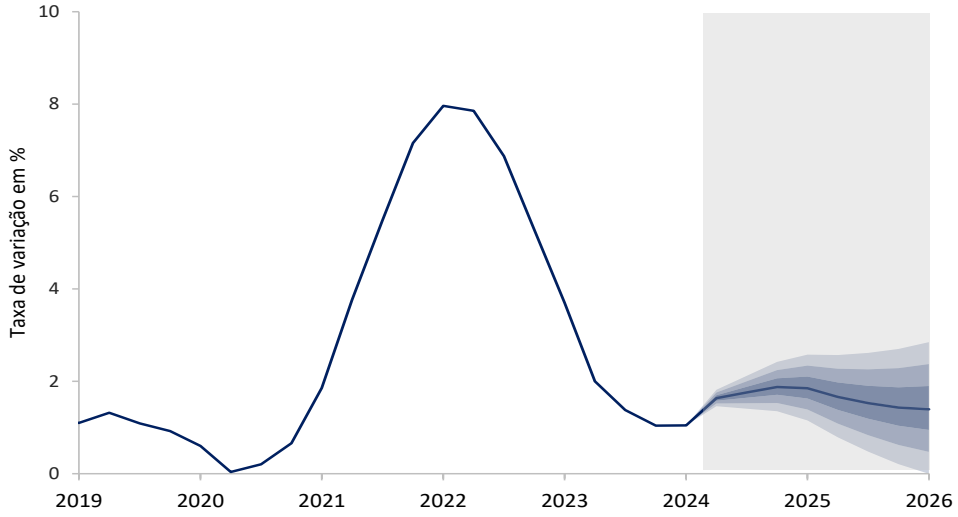
Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

se assentará, principalmente, no dinamismo da procura interna, sobretudo do consumo privado, porquanto o investimento, apesar de uma ligeira recuperação, continuará com um contributo fraco no crescimento do produto.

Em comparação com as projeções de outubro de 2024, o crescimento real do PIB foi revisto em baixa em 0,1 pontos percentuais, em 2025 e 0,3 pontos percentuais, em 2026, refletindo: (i) o efeito da incorporação nas projeções dos dados mais recentes das contas nacionais trimestrais publicadas pelo INE; (i) a revisão em alta da inflação, com impacto no aumento do deflator do PIB, e (ii) as perspetivas económicas dos nossos principais parceiros menos favoráveis do que as contempladas nas projeções de outubro de 2024.

No que se refere à inflação, em virtude essencialmente, do abrandamento dos preços dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, a taxa de inflação média em 2024 reduziu em 2,7 pontos percentuais, fixando-se em 1,0 por cento; contudo, a taxa de inflação homóloga apresentou em geral uma tendência de aumento desde março de 2024, tendo no final de 2024, registado um ligeiro aumento de 0,1 pontos percentuais, situando-se nos 1,4 por cento.

Figura 18 - Taxa de Inflação Média Anual (variação em percentagem)



Fonte: Banco de Cabo Verde
A linha vertical indica o início do atual horizonte de projeção. Os intervalos em torno das projeções centrais proporcionam uma medida do grau de incerteza e são simétricos por construção. As bandas, da mais escura à mais clara, ilustram as probabilidades de 30%, 60% e 90% de o resultado da inflação medida pelo IHPC se situar dentro dos intervalos correspondentes.

Os últimos dados disponíveis referentes a março de 2025, apontam para um contínuo aumento da taxa de inflação homóloga, tendo esta se situado em 2,2 por cento, e para o aumento desde janeiro da taxa de inflação média, situando-se em março em 1,6 por cento. Esta evolução deveu-se, sobretudo, ao aumento dos preços dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, de vestuário e calçado e de serviços relacionados com transportes. À semelhança da taxa de inflação *headline*, a taxa de inflação *core*, que exclui do índice geral de preços, os bens

alimentares não transformados e a energia, tem estado também a aumentar desde março de 2024, tendo em março de 2025, se fixado em 2,1 por cento, estando, no entanto, abaixo da taxa de inflação *headline* em 0,1 ponto percentual.

Como resultado dessa dinâmica, projeta-se um aumento da taxa de inflação média de 1,0 por cento, em 2024 para 1,8 por cento em 2025 e 1,4 por cento em 2026, devido ao aumento que se espera dos preços das matérias-primas não energéticas, sobretudo alimentos e bebidas, nos mercados internacionais. Isso, não obstante, a expetativa de queda dos preços das matérias-primas energéticas nos mercados internacionais e de algum efeito desfasado do pendor restritivo da política monetária.

Em comparação com as projeções de outubro de 2024, a taxa de inflação média prevista para 2025 e 2026 foi revista em alta em, respetivamente, 1,0 e 0,6 pontos percentuais, traduzindo: (i) a incorporação nas projeções dos dados mais recentes da inflação, revelando um aumento dos preços acima do esperado em outubro; e (ii) a revisão em alta dos preços dos produtos não energéticos nos mercados internacionais, principalmente de alimentos e bebidas.

Refletindo a elevada incerteza e os riscos em torno destas perspetivas (que são analisados mais à frente neste relatório), as projeções para o crescimento da atividade económica e para a inflação são apresentadas juntamente com bandas de incerteza simétricas (Figuras 17 e 18), que ilustram as probabilidades de 30, 60 e 90 por cento do resultado para o crescimento real do PIB e para a taxa de inflação se situar dentro dos intervalos correspondentes, e que proporcionam uma medida do grau de incerteza.

Desenvolvimentos dos Principais Agregados Macroeconómicos em 2024-2026

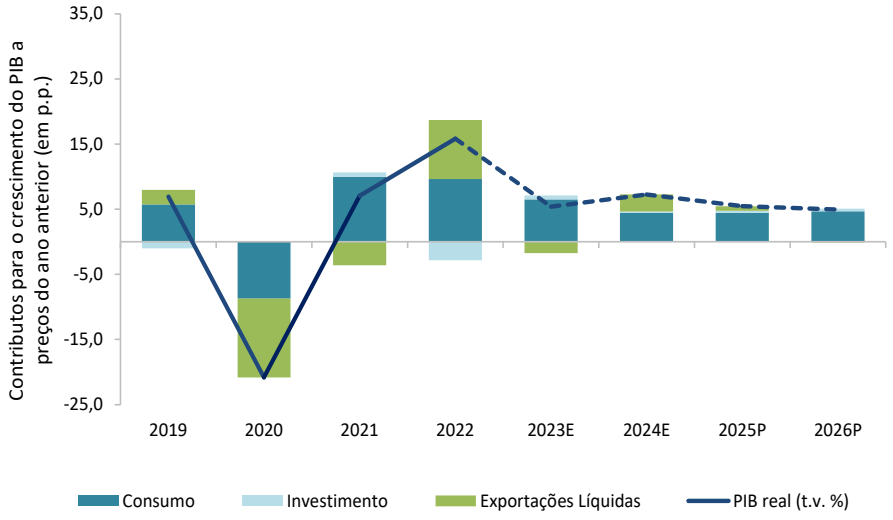
As hipóteses e pressupostos de enquadramento das atuais projeções e os desenvolvimentos macroeconómicos recentes apontam, em geral, para um abrandamento no ritmo de crescimento do PIB. Assim, espera-se que o PIB em volume abrande para 5,3 por cento em 2025 e 5,0 por cento em 2026 (o que se compara com 7,3 por cento em 2024).

Projeta-se que a atividade económica nacional desacelere, devido ao menor contributo da procura externa líquida no crescimento do produto. O crescimento económico será suportado, em grande medida, pelo contributo positivo da procura interna, nomeadamente, do consumo privado. Em particular, o consumo privado deverá registar uma desaceleração, crescendo em torno dos 5 por cento tanto em 2025 como em 2026, em resultado da moderação que se espera nos rendimentos reais das famílias devido ao aumento da inflação e ao abrandamento nas prestações sociais e nas outras transferências, bem como, da maior incerteza e baixa confiança dos consumidores. Apesar disso, o consumo privado continuará a ser a componente com maior contributo para o crescimento do PIB. Por seu turno, o

investimento, apesar de uma ligeira e gradual recuperação em 2025 e 2026 para um crescimento médio em torno dos 2,3 por cento nos dois anos, continuará com um contributo quase nulo no crescimento do produto, refletindo o aumento que se espera dos custos dos fatores de produção (face ao aumento previsto dos preços), a alta incerteza associadas às tensões comerciais e geopolíticas podendo afetar a confiança dos investidores, bem como, o efeito desfasado das condições de financiamento restritivas, contrabalançado, no entanto, em parte, pelo aumento que se prevê dos investimentos públicos.

O contributo da procura externa líquida para o crescimento do PIB, que em 2024 foi bastante positivo, moderar-se-á em 2025 e 2026. Do lado das exportações, espera-se que as exportações de serviços cresçam, embora que, a taxas mais lentas, e que a sua contribuição no crescimento do produto diminua lenta e gradualmente. As dinâmicas mais recentes apontam nesta direção. Por exemplo, de acordo com a AAC, no primeiro trimestre de 2025, o movimento de aeronaves e de passageiros internacionais nos aeroportos do país abrandou para um crescimento de, respetivamente, 3,2 e 6,6 por cento em termos homólogos (quando no primeiro trimestre do ano anterior, cresceram 20,1 e 21,9 por cento).

Figura 19 - Projeção do PIB do lado da Procura (contributos em pontos percentuais)



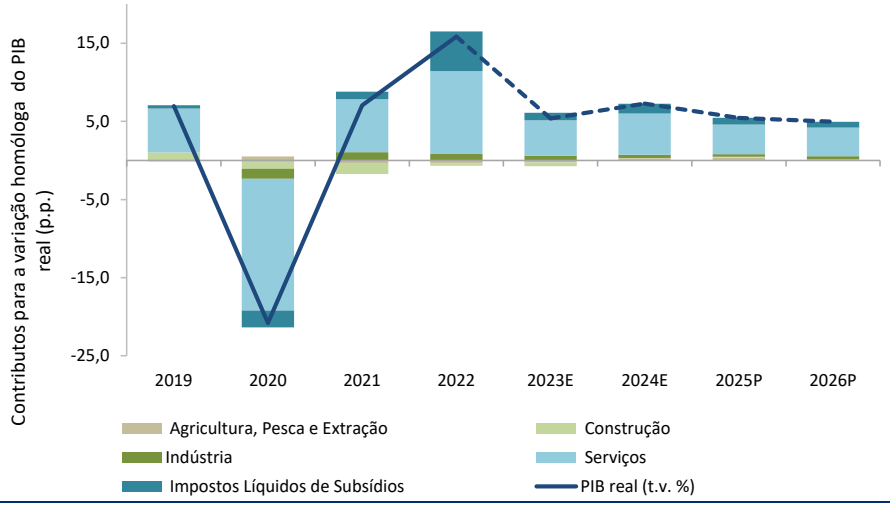
Fonte: Banco de Cabo Verde

No entanto, projeta-se um aumento das exportações de bens, em linha com a evolução que se espera para os mercados externos da economia cabo-verdiana (em particular, a Área do Euro). No que diz respeito às importações, estas deverão ganhar alguma força – em contraste com o abrandamento experimentado em 2023 e 2024 – crescendo em média em torno dos 4 por cento reais (cerca de 8 por cento nominais) em 2025 e 2026, acompanhando a evolução da procura interna, que tem um alto conteúdo importado.

A desaceleração da atividade económica se estenderá ao setor dos serviços, com particular destaque para os serviços associados ao turismo. Apesar de ligeira melhoria no setor da

construção, este continuará a registar um fraco contributo no crescimento do produto. Do lado da oferta, o abrandamento do crescimento económico será determinado, sobretudo, pelo menor desempenho da atividade do setor dos serviços, particularmente, dos serviços ligados ao turismo (alojamento e restauração e transportes) e, em consequência, dos impostos líquidos de subsídios arrecadados no período. Apesar de alguma melhoria, o contributo do setor da construção no crescimento do PIB continuará fraco, afetado pelo aumento que se espera dos custos dos fatores de produção (face ao aumento previsto dos preços), pela escassez de mão-de-obra causada pela emigração, bem como, pela alta incerteza associada às tensões comerciais e geopolíticas podendo afetar a confiança dos operadores deste setor.

Figura 20 - Projeção do PIB do lado da Oferta (contributos em pontos percentuais)



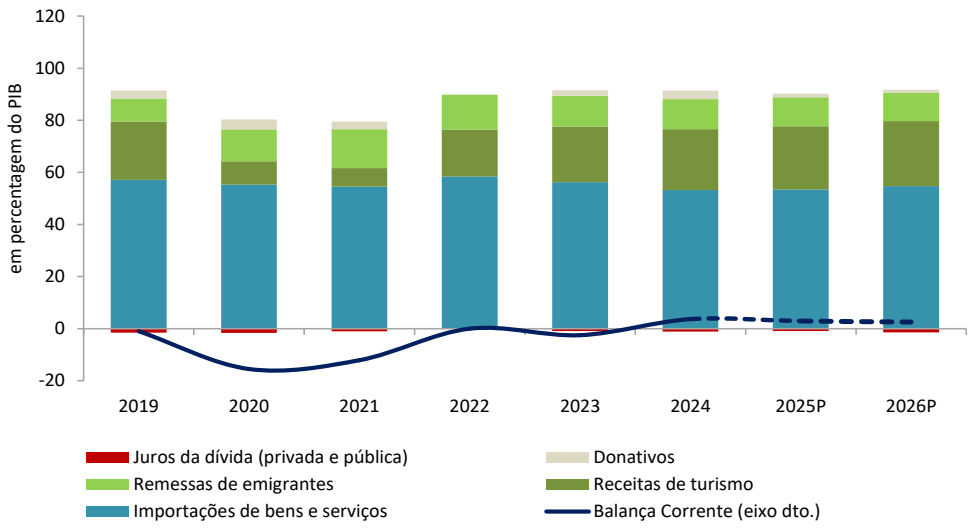
Fonte: Banco de Cabo Verde

Projeta-se que a taxa de inflação média aumenta de 1,0 por cento em 2024 para 1,8 por cento em 2025 e 1,4 por cento em 2026. Apesar da expetativa de queda dos preços das matérias-primas energéticas no mercado internacional e de algum efeito desfasado do pendor restritivo da política monetária, projeta-se um aumento da taxa de inflação média para 1,8 por cento em 2025 e 1,4 por cento em 2026, como resultado da dinâmica atual dos preços e do aumento que se espera dos preços das matérias-primas não energéticas (sobretudo, alimentos e bebidas) no mercado internacional.

Antecipa-se uma evolução menos favorável da balança corrente em 2025 e 2026, com o abrandamento das exportações de serviços (de turismo e transportes) e das remessas dos emigrantes, em linha com o crescimento económico mais contido e um mercado de trabalho em arrefecimento nos nossos principais parceiros. O saldo da balança corrente deverá reduzir gradualmente em 2025 e 2026, para os 2,9 e 2,6 por cento do PIB, respetivamente, tendo em conta as perspetivas económicas mais modestas dos principais parceiros do país, com o crescimento mais contido da atividade económica na Área do Euro e

no Reino Unido e um mercado de trabalho em arrefecimento, sobretudo, nos EUA e no Reino Unido, que deverão levar a uma moderação do rendimento disponível dos potenciais turistas e dos emigrantes, com impacto na procura externa turística e nas receitas provenientes do turismo e dos transportes aéreos, bem como, nas remessas dos emigrantes. Projeta-se que, as exportações de serviços cresçam, em média, em 2025 e 2026, em torno dos 10 por cento (o que se compara com 16,2 por cento em 2024) e as remessas dos emigrantes em torno dos 4 por cento (o que se compara com 6,3 por cento em 2024). O aumento que se prevê das importações de bens e serviços em linha com a dinâmica da procura interna deverá também contribuir para a redução do saldo da balança corrente.

Figura 21 - Projeção da Balança Corrente (em percentagem do PIB)



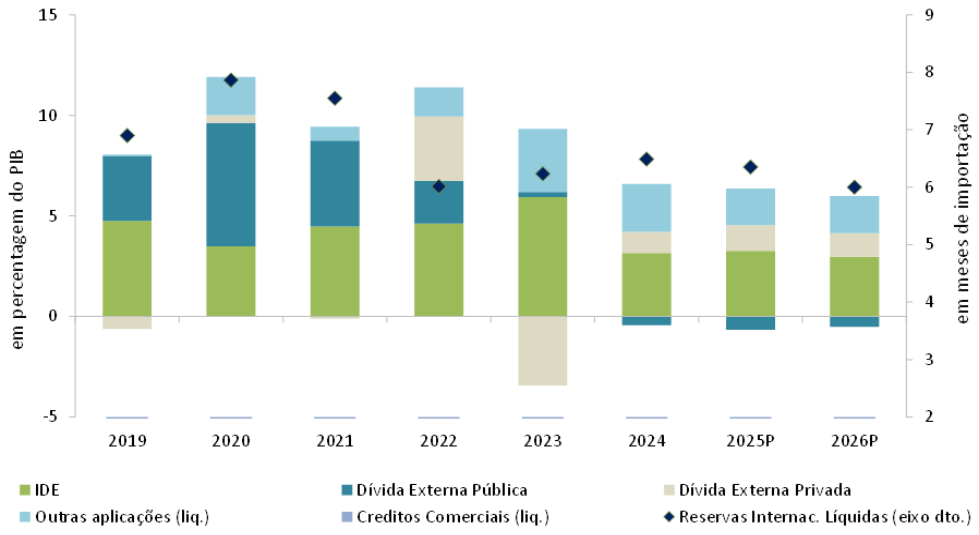
Fonte: Banco de Cabo Verde

Espera-se uma redução dos influxos líquidos de financiamento para a economia em 2025 e 2026, embora em montantes cada vez menores. Não obstante o aumento que se espera dos desembolsos líquidos da dívida externa pública em 2025, projeta-se uma redução dos influxos líquidos de financiamento para a economia, em 1.014,2 milhões de escudos em 2025 e 127,7 milhões de escudos em 2026, em virtude sobretudo, da queda do investimento direto estrangeiro (IDE) e do crescimento dos ativos externos líquidos dos bancos (embora que a ritmos inferiores que nos três últimos anos). Projeta-se que, o IDE reduza em média, em 2025 e 2026, em torno dos 11 por cento (o que se compara com uma redução de 34,9 por cento em 2024). Apesar do diferencial entre a taxa de juro de referência do BCV e a taxa das operações principais de refinanciamento do BCE estar atualmente a favor da taxa do BCV (em abril, em 10 pontos base), estando mais favorável e mais atrativa para investimentos no país (comparada a da Área do Euro), e esperar-se que esta tendência continue até ao final de 2026, o IDE deverá continuar a reduzir (embora de forma menos expressiva face a 2024) tendo em conta a incerteza elevada

em termos geopolíticos e de políticas comerciais com impacto negativo na confiança dos investidores externos. Por outro lado, os bancos comerciais deverão continuar a fazer aplicações de curto prazo no exterior, embora que, em ritmos inferiores que nos três últimos anos.

O desempenho da balança corrente mais do que compensará a fraca *performance* da balança financeira, pelo que o país registará um ganho em ativos de reserva, traduzindo-se no aumento do *stock* de reservas externas, garantindo 6,3 e 6 meses de importações para 2025 e 2026, respetivamente. As entradas líquidas de fundos para a economia serão suficientes para cobrir as necessidades de financiamento, pelo que o país registará um ganho em ativos de reserva na ordem dos 33 e 22 milhões de euros para 2025 e 2026, respetivamente. Com efeito, o *stock* de reservas internacionais líquidas aumentará, fixando-se, nos 769,4 e 791,4 milhões de euros, permitindo garantir 6,3 e 6,0 meses das importações para 2025 e 2026, respetivamente (o que se compara com 6,5 meses de importações no final de 2024).

Figura 22 - Projeção da Balança Financeira (em percentagem do PIB)



Fonte: Banco de Cabo Verde

Espera-se um abrandamento no crescimento da oferta monetária em 2025 e 2026, em resultado da moderação registada nos ativos externos líquidos dos bancos comerciais e do BCV, particularmente, das reservas internacionais líquidas. Destaca-se, no entanto, o maior dinamismo do crédito interno líquido. A oferta monetária passará de um crescimento de 7,5 por cento, em 2024 para 7,0 por cento em 2025 e 4,8 por cento, em 2026. Com o diferencial entre a taxa de juro de referência do BCV e a taxa das operações principais de refinanciamento do BCE a favor da taxa do BCV (em abril, em 10 pontos base), projeta-se um abrandamento no crescimento dos ativos externos líquidos dos bancos comerciais, nomeadamente, das aplicações externas de curto prazo. Os ativos externos líquidos dos bancos

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

comerciais deverão crescer 19,7 por cento, em 2025 e 4,8 por cento, em 2026 (o que se compara com 163,2 por cento em 2024). Antecipa-se, igualmente, um abrandamento no crescimento dos ativos externos líquidos do BCV e, em particular, das reservas internacionais líquidas do país, com estas a crescerem 4,5 por cento em 2025 e 2,9 por cento em 2026 (o que se compara com 7,5 por cento em 2024). No entanto, o crédito interno líquido registará um maior dinamismo, com o crédito a economia a crescer em torno dos 5 por cento em 2025 e 2026, em linha com a evolução da atividade económica nacional, bem como, com a recuperação que se espera do crédito ao governo central, após as reduções registadas, nos dois últimos anos.

Riscos à materialização das atuais projeções

O balanço dos riscos à materialização das atuais projeções sugere riscos mais inclinados para o lado negativo. Os riscos adversos em torno da projeção para a atividade económica acentuaram-se, com a incerteza elevada sobre a evolução da economia mundial, e particularmente, da economia dos nossos principais parceiros. Para além dos fatores de risco já existentes, relacionados com a invasão militar da Ucrânia pela Rússia e os conflitos no Médio Oriente, surgiram novos fatores, com destaque para:

(i) *Nova escalada de medidas comerciais*. A intensificação de uma guerra comercial poderá afetar ainda mais o PIB mundial, e em particular, o PIB das economias dos nossos principais parceiros e, consequentemente, a economia cabo-verdiana;

(ii) *A incerteza prolongada em relação às políticas comerciais*, que poderá representar um risco ao investimento e ao crescimento. Se a incerteza permanecer alta por muito tempo, pode ter efeitos significativos na atividade económica nacional, se as empresas adiarem ou cancelarem projetos de investimento, aumentarem a poupança por motivos de precaução, o que reduziria a procura agregada, minaria a confiança e o crescimento do PIB;

(iii) *Um crescimento da procura externa abaixo do esperado, no contexto de uma fragmentação do comércio mundial*, ou seja, de diminuição do comércio transfronteiriço e crescente proteção das fronteiras; a fragmentação do comércio poderá levar a um aumento dos custos de transporte, a restrições na circulação de pessoas e bens, gerar incerteza e menor confiança dos investidores, o que poderá afetar, negativamente, o turismo nacional e o IDE;

(iv) *Os riscos sobre a inflação são mais incertos e dependem fundamentalmente se esse choque adverso tem um impacto maior na procura ou na oferta.* Assim, por um lado, se um aumento na incerteza reduzir significativamente a procura, isso tenderia a moderar a inflação. Por outro, se os efeitos da incerteza se manifestarem mais intensamente por meio de uma redução na oferta — por exemplo, por meio de subida dos preços das matérias-primas ou dos preços de importação pelo impacto das tarifas — a inflação aumentaria. Os riscos sobre a inflação

dependem também se as tarifas serão temporárias ou permanentes, sendo que se permanentes terão um efeito negativo muito maior;

(v) Outros riscos sobre a inflação seriam a *manutenção do impulso ascendente da inflação por mais tempo*, o que poderia levar o banco central a aumentar as suas taxas de juro com implicações negativas ao nível do crescimento económico; E a *persistência da inflação subjacente*. Um aumento da inflação subjacente causada, por exemplo, por novas tensões nas cadeias de abastecimento provocado pela intensificação das tensões geopolíticas ou da guerra comercial ou por pressões internas causadas pelos preços de alguns serviços, poderá desencadear um aumento nas expectativas das taxas de juro e, consequentemente, afetar negativamente o crescimento económico.

Podemos citar ainda outras fontes de incerteza, nomeadamente, incertezas relacionadas com o comportamento dos ativos externos líquidos dos bancos comerciais, bem como, dos eventuais contributos dos projetos associados ao programa de investimentos públicos previstos no Orçamento Geral do Estado e a sua capacidade para aumentar o potencial de crescimento da economia.

9. Política Monetária para os Próximos Meses

Com a redução contínua dos preços na Área do Euro desde setembro de 2023, o Banco Central Europeu (BCE) tem estado a cortar as suas taxas de juro de referência desde junho de 2024, e no ano em curso, já cortou as taxas de juro por três ocasiões, num total de 75 pontos base. Na última reunião de política monetária realizada em abril, o BCE decidiu reduzir as taxas de juro de referência em 25 pontos base, tendo a taxa de depósito passado para 2,25 por cento, a de refinanciamento para 2,40 por cento e a de empréstimo para 2,65 por cento, confirmando assim as expetativas. De acordo com o comunicado da instituição, o processo de desinflação encontra-se “bem encaminhado”, com o crescimento dos salários a moderar e os lucros das empresas a amortecerem, ainda que parcialmente, o impacto do crescimento ainda elevado dos salários sobre a inflação.

As perspetivas apontam para que o BCE proceda, ainda este ano, a mais duas reduções das suas taxas de juro de referência (de 25 pontos base), tendo em conta o crescimento mais contido da atividade económica na Área do Euro. No entanto, o efeito das tarifas e o aumento da incerteza resultante das tensões comerciais, provocando uma elevada volatilidade nos mercados financeiros, poderão levar a autoridade monetária europeia a ser mais cautelosa na condução da sua política monetária.

O Banco de Cabo Verde (BCV), por seu turno, tem vindo a atuar no sentido de normalizar a sua política monetária, ainda que de forma gradual. Desde maio de 2024, o BCV já realizou

quatro movimentos de subida das taxas de juro de referência, com destaque para o aumento de 50 pontos base em janeiro de 2025, num total de 125 pontos base, colocando a taxa de juro diretora em 2,50 por cento, enquanto as taxas das facilidades permanentes de cedência e de absorção avançaram para 2,75 por cento e 1,95 por cento, respetivamente. Por outro lado, o coeficiente das Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC), mantém-se inalterado nos 10 por cento, desde abril de 2020.

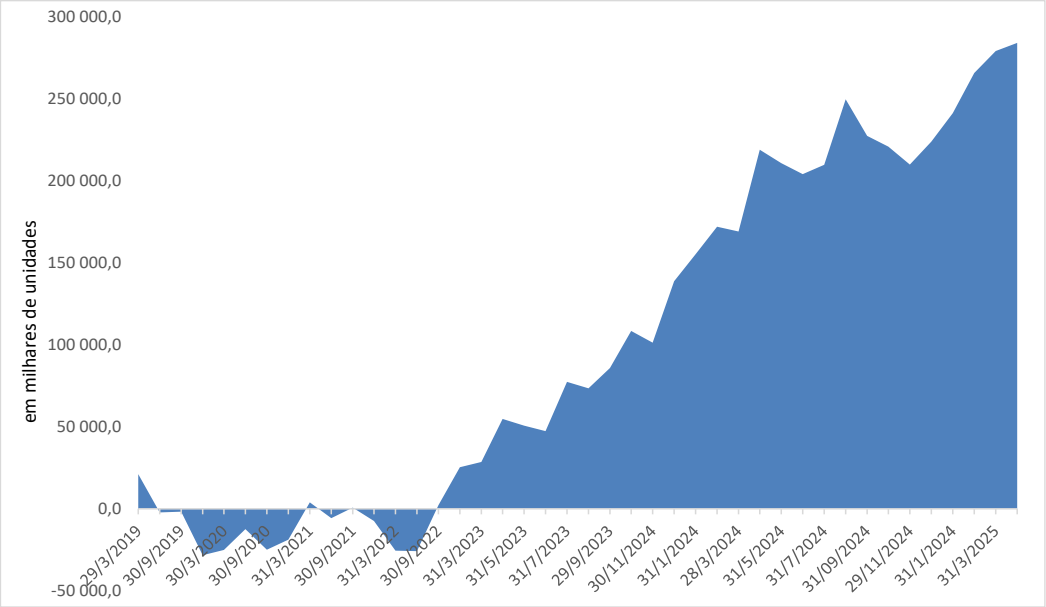
Figura 23 - Diferenciais entre as taxas de juro de referência do BCE e do BCV

Fonte: Banco de Cabo Verde

Estas medidas adotadas pelo BCV e, sobretudo, a atuação do BCE, têm resultado na redução contínua do *spread* entre as taxas de juro de referência nacionais e as taxas europeias, com o diferencial entre as taxas de juro diretoras do BCV e do BCE a situar-se em 10 pontos base, favorável à taxa nacional, pela primeira vez desde junho de 2022. Quanto às facilidades permanentes, o diferencial entre as taxas de cedência encontra-se, igualmente, em 10 pontos base, favorável à taxa nacional, enquanto o *spread* entre as taxas de depósito é de 30 pontos base, neste caso, favorável à taxa europeia (como se pode observar na figura 23).

As reservas externas têm vindo a apresentar uma tendência de crescimento desde setembro de 2024, ascendendo, de acordo com dados provisórios, a 768 milhões de euros em abril do ano em curso, garantindo 6,3 meses de importações estimadas para 2025, um nível considerado adequado. No entanto, apesar da redução do *spread* entre as taxas de juro de referência nacionais e as taxas europeias verificado nos últimos meses, as disponibilidades líquidas dos bancos comerciais nacionais em Euros no exterior mantêm-se em patamares ainda elevados, situando-se acima dos 200 milhões de euros desde abril de 2024, e registando um crescimento nos últimos cinco meses (como se ver na figura 24).

Figura 24 - Disponibilidades Líquidas dos Bancos Comerciais (em Euros)



Fonte: Banco de Cabo Verde

Com base no exposto, afigura-se necessário e pertinente, o Banco Central continuar a atuar preventivamente e a ajustar as medidas de política monetária, em particular as relacionadas com as taxas de juro de referência, procurando acautelar os fatores de risco para a evolução das reservas cambiais do país.

Assim, tendo em conta a evolução dos indicadores macroeconómicos de referência, a expetativa quanto à atuação da autoridade monetária europeia nos próximos meses e considerando a necessidade de: (i) anular o *spread* ainda existente entre as taxas de facilidade de depósito do BCV e do BCE; (ii) aumentar a atratividade das aplicações em divisas dos bancos comerciais no BCV, em relação às remunerações auferidas no mercado europeu; e, (iii) garantir a sustentabilidade e a credibilidade do regime cambial de *peg* fixo da moeda nacional ao Euro, sem descurar os desafios associados à estabilidade financeira, o Banco Central entende ser relevante continuar o processo de normalização da política monetária, iniciado desde maio de 2023, em linha com o *forward guidance* apresentado nos últimos meses.

Quadro 3 - Estrutura das Taxas de Juro do Banco Central

Taxas	Atuais	Novas	Variação em pontos base
Taxa Diretora (TRM)	2,50	2,50	0
Taxa de Facilidade Permanente de Cedência de liquidez	2,75	2,75	0
Taxa de Facilidade Permanente de Absorção de liquidez	1,95	2,25	30
Taxa de Redesconto	3,50	3,50	0

Fonte: Banco de Cabo Verde

Com efeito, o Banco Central decidiu, ponderadamente, pelas seguintes medidas:

1) manutenção da taxa de juro diretora (TRM) em 2,50 por cento;

2) manutenção da taxa de juro de Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez em 2,75 por cento;

3) manutenção da taxa de juro de Redesconto em 3,50 por cento, destinando-se a operações de caráter excecional, para fazer face às necessidades de liquidez por parte da banca;

4) manutenção do coeficiente das Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC) nos atuais 10 por cento, visando a manutenção da estabilidade do sistema financeiro nacional face às condições atuais do mercado e aos desafios que se colocam à atividade bancária;

5) e, aumento da taxa de juro de Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez em 30 pontos base, passando de 1,95 para 2,25 por cento.

De referir que, o aumento da taxa de juro de facilidade permanente de absorção de liquidez (ou de depósito) não implicará um agravamento das taxas de juro sobre os empréstimos das famílias e empresas, tendo em conta que se trata de uma taxa de juro que os bancos recebem quando depositam fundos junto do banco central pelo prazo *overnight*.

Ciente da incerteza elevada que envolve as perspetivas económicas e financeiras nacionais, agravado pelas tensões comerciais e geopolíticas com impacto a nível global, o BCV continuará a acompanhar de perto a evolução dos indicadores de referência, mantendo uma postura atenta e orientada pelos dados. Estará preparado para intervir a qualquer momento, utilizando os instrumentos disponíveis para estabilizar o nível de preços, assegurar a solidez do sistema financeiro e salvaguardar o regime cambial em vigor.

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

Anexo Estatístico

1. Economia Internacional

Contas Nacionais (em percentagem)

	2022	2023	2024	2023				2024			
				1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri
Área do Euro											
Produto Interno Bruto (t.v.h.)	3,5	0,4	0,9	1,4	0,6	0,0	0,2	0,5	0,5	1,0	1,2
Consumo Privado	5,0	0,5	1,1	1,3	0,5	-0,2	0,8	1,0	0,6	1,1	1,5
Consumo Público	1,1	1,4	2,7	0,6	0,9	1,9	2,1	2,1	2,9	3,0	2,7
Formação Bruta de Capital Fixo	2,0	1,7	-1,8	2,5	1,9	1,1	2,2	-0,9	-3,2	-1,5	-2,0
Exportações	7,4	-0,8	1,1	2,8	0,0	-2,6	-2,5	-0,6	1,9	1,6	1,3
Importações	8,4	-1,4	0,3	1,9	-0,1	-3,6	-3,1	-1,6	-0,4	1,7	1,5
EUA											
Produto Interno Bruto (t.v.h.)	2,5	2,9	2,8	2,3	2,8	3,2	3,2	2,9	3,0	2,7	2,5
Consumo Privado	3,0	2,5	2,8	2,6	2,2	2,4	3,0	2,2	2,7	3,0	3,1
Consumo Público	-1,1	3,9	3,4	2,6	3,7	4,8	4,3	3,5	3,5	3,4	3,2
Formação Bruta de Capital Fixo	6,0	0,1	4,0	-4,5	-0,5	3,4	2,2	5,5	5,6	3,3	1,7
Exportações	7,5	2,8	3,3	6,8	2,4	0,2	2,0	2,0	3,5	4,6	3,0
Importações	8,6	-1,2	5,3	-1,3	-3,5	-1,0	1,2	2,9	5,6	7,1	5,5
Reino Unido											
Produto Interno Bruto (t.v.h.)	4,8	0,4	1,1	0,8	0,5	0,4	-0,2	0,7	1,1	1,2	1,5
Consumo Privado	7,3	0,5	0,6	2,0	0,9	-0,2	-0,7	0,4	-0,2	1,1	1,2
Consumo Público	0,6	1,6	3,0	-2,8	3,0	3,0	3,2	4,6	3,1	1,9	2,6
Formação Bruta de Capital Fixo	5,1	0,3	1,5	1,8	0,3	-1,5	0,7	-1,4	1,2	3,8	2,2
Exportações	12,6	-0,4	-1,2	10,2	3,2	-6,8	-6,3	0,7	-1,4	-0,4	-3,5
Importações	13,0	-1,2	2,7	-2,1	-1,5	-0,9	-0,5	-0,7	3,4	3,1	5,0

Fonte: Eurostat, US Department of Commerce (BEA) e Office for National Statistic (ONS).
Nota: t.v.h. - taxa de variação homóloga.

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

Indicadores de Atividade, Mercado de Trabalho e Inflação

	2022	2023	2024	2023		2024			
				set	dez	mar	jun	set	dez
Área do Euro									
Indicadores de Atividade									
Índice de Produção Industrial (t.v.h.)									
Total (exclui construção)	1,0	-2,3	-3,0	-5,5	-1,7	-3,4	-4,1	-2,2	-1,8
Indicadores de Confiança (v.c.s.)									
Indicador de Sentimento Económico	102,3	96,2	95,7	93,7	96,6	96,1	96,0	95,9	93,6
Indicador de Confiança dos Consumidores (s.r.e.)	-22,0	-17,4	-14,0	-17,8	-15,0	-14,7	-13,8	-12,8	-14,3
Indicador de Confiança na Indústria (s.r.e.)	5,0	-6,1	-11,0	-8,6	-8,7	-9,6	-10,7	-11,6	-14,2
Indicador de Confiança na Construção (s.r.e.)	5,2	-1,3	-4,5	-4,7	-2,3	-4,4	-5,8	-4,5	-3,8
Mercado de Trabalho									
Taxa de desemprego (v.c.s.)	6,8	6,6	6,4	6,6	6,5	6,5	6,4	6,3	6,2
Inflação									
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor									
Taxa de variação homóloga	8,4	5,5	2,4	4,3	2,9	2,4	2,5	1,7	2,4
EUA									
Indicadores de Atividade									
Índice de Produção Industrial (t.v.h.)	3,5	0,2	-0,3	-0,2	0,8	-0,3	0,9	-0,7	0,5
Vendas no Comércio a Retalho (t.v.h.)	9,2	3,6	1,2	4,3	5,0	0,8	-0,7	3,3	2,2
Mercado de Trabalho									
Taxa Desemprego (v.c.s.)	3,6	3,6	4,0	3,8	3,8	3,9	4,1	4,1	4,1
Inflação									
Índice de Preços no Consumidor									
Taxa de variação homóloga				3,7	3,4	3,5	3,0	2,4	2,9
Taxa de variação média anual	7,1	6,1	3,3	5,1	4,1	3,5	3,3	3,1	3,0
Índice de Preços no Consumidor Core (t.v.h.)	6,2	4,5	3,4	4,1	3,9	3,8	3,3	3,3	3,2
Índice de Preços no Produtor (t.v.h.)	9,6	2,1	2,3	1,8	1,1	2,0	2,9	2,1	3,4
Reino Unido									
Indicadores de Atividade									
Índice de Produção Industrial (t.v.h.)	-3,4	-0,3	-1,2	0,8	0,3	-0,1	-2,6	-1,4	-1,1
Vendas no Comércio a Retalho (t.v.h.)	-3,5	-2,8	0,2	-1,7	-2,8	-0,6	-1,8	2,4	2,5
Mercado de Trabalho									
Taxa Desemprego (v.c.s.)	3,9	4,1	4,3	4,0	4,1	4,4	4,2	4,3	4,4
Inflação									
Índice de Preços no Consumidor									
Taxa de variação homóloga				6,6	3,9	3,2	2,0	1,7	2,6
Taxa de variação média anual	6,1	9,2	4,2	9,0	7,4	5,7	4,1	3,0	2,5
Índice de Preços no Consumidor Core (t.v.h.)	5,9	6,2	3,7	6,1	5,1	4,2	3,5	3,2	3,2
Índice de Preços no Produtor (t.v.h.)	16,0	3,4	0,4	0,3	0,1	0,7	1,1	-0,5	-0,1

Fonte: Eurostat; Federal Reserve Board of Governors; US Department of Labor; Office for National Statistics.
Notas: t.v.h. - taxa de variação homóloga; v.c.s. - valores corrigidos da sazonalidade; s.r.e. - saldo das respostas extremas.

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

2. Atividade Económica Nacional

Produto Interno Bruto a preços correntes (em milhões de escudos)

	2021	2022[E]	2023[E]	2024[E]	2023[E]		2024[E]			
					3º tri	4º tri	1º tri	2º tri	3º tri	4º tri
Ramos de Atividade										
Agricultura, pecuária e silvicultura	7 911	7 586	7 783	9 310	2 010	2 165	3 065	1 765	2 283	2 197
Pesca e aquacultura	3 510	4 087	4 197	3 938	999	941	1 097	1 005	971	865
Indústrias extrativas	569	555	542	533	119	123	128	114	152	139
Indústrias transformadoras	10 301	11 199	12 132	13 722	3 012	3 017	3 469	3 406	3 266	3 580
Eletricidade e água	3 081	4 328	5 233	5 772	1 384	1 463	1 406	1 497	1 362	1 506
Construção	9 993	10 024	9 987	9 455	2 198	2 294	2 256	2 028	2 689	2 481
Comércio e reparação	20 569	28 873	28 495	29 687	7 382	8 025	7 626	7 115	7 216	7 729
Transporte e armazenagem	18 730	22 095	26 419	29 544	6 915	7 075	7 114	7 266	7 396	7 768
Alojamento e restauração	3 609	13 529	17 226	22 323	4 354	5 456	6 031	4 273	5 279	6 741
Atividade de Informação e de comunicação	5 827	6 691	7 158	7 802	1 576	2 023	1 761	1 889	1 803	2 349
Atividades financeiras e de seguros	13 490	14 171	15 877	16 825	3 968	4 456	4 030	4 196	4 120	4 479
Atividades imobiliárias	17 888	20 338	21 774	22 850	5 458	5 535	5 703	5 709	5 716	5 722
Atividades de serviços às empresas	6 143	8 713	11 066	12 404	2 883	3 248	3 115	2 583	2 838	3 868
Administração pública e segurança social	23 774	24 423	30 383	31 958	7 439	8 269	7 333	7 991	7 188	9 445
Educação	11 573	11 571	10 178	9 982	2 447	2 770	2 451	2 622	2 430	2 478
Saúde e ação social	5 725	5 967	4 650	4 928	1 232	1 450	1 103	1 317	1 113	1 396
Outras atividades de serviços	3 768	6 225	6 847	7 457	1 716	1 756	1 805	1 839	1 891	1 922
VALOR ACRESCENTADO	***166 462***	***200 374***	***219 947***	***238 489***	***55 093***	***60 066***	***59 497***	***56 615***	***57 713***	***64 665***
Impostos líquidos de subsídios sobre produtos	***24 807***	***35 254***	***38 556***	***43 590***	***9 265***	***10 121***	***10 535***	***10 363***	***11 366***	***11 327***
PRODUTO INTERNO BRUTO	**191 269**	**235 628**	**258 503**	**282 079**	**64 358**	**70 187**	**70 032**	**66 977**	**69 079**	**75 991**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.
E - Estimativas.

Produto Interno Bruto em volume (taxa de variação homóloga em percentagem)

	2022[E]	2023[E]	2024[E]	2023[E]		2024[E]			
				3º tri	4º tri	1º tri	2º tri	3º tri	4º tri
Ramos de Atividade									
Agricultura, pecuária e silvicultura	-7,7	-12,6	11,7	-8,2	-16,9	21,4	2,6	19,3	0,8
Pesca e aquacultura	-3,4	9,5	-3,2	-11,6	32,7	5,7	-11,8	-0,3	-5,5
Indústrias extrativas	-5,2	-11,3	0,8	-30,7	-2,0	-14,5	-21,9	32,2	18,2
Indústrias transformadoras	2,3	11,2	8,0	15,9	0,2	14,9	4,6	1,0	12,3
Eletricidade e água	44,1	6,3	2,1	6,4	2,1	8,2	3,2	-3,4	1,2
Construção	-5,2	-11,2	0,2	-31,8	-3,9	-15,4	-22,3	31,9	18,1
Comércio e reparação	28,8	-4,6	3,9	-8,3	1,3	10,9	13,7	-2,3	-4,0
Transporte e armazenagem	9,4	13,6	6,7	10,7	18,7	27,4	8,1	-3,0	-2,1
Alojamento e restauração	224,5	21,0	30,6	27,4	37,1	43,3	34,4	20,2	27,0
Atividade de Informação e de comunicação	7,7	4,5	2,5	2,0	11,2	-1,3	5,8	1,8	3,3
Atividades financeiras e de seguros	-1,7	8,2	5,4	11,3	16,7	12,4	7,2	3,3	-0,2
Atividades imobiliárias	10,8	6,4	6,6	4,7	3,6	6,5	6,5	7,1	6,4
Atividades de serviços às empresas	23,9	17,2	12,9	18,5	6,8	16,3	17,0	0,8	18,1
Administração pública e segurança social	1,3	20,1	4,4	17,6	17,8	-0,3	7,5	-4,1	13,3
Educação	-3,4	-15,0	-2,7	-16,3	-11,3	1,3	2,3	-1,6	-11,6
Saúde e ação social	-10,2	-27,0	2,1	-22,1	-28,4	11,8	27,6	-14,1	-8,9
Outras atividades de serviços	40,3	5,4	6,1	3,6	4,0	8,5	9,4	5,4	1,5
VALOR ACRESCENTADO	***12,4***	***5,2***	***7,0***	***3,2***	***7,6***	***12,0***	***7,8***	***3,1***	***5,8***
Impostos líquidos de subsídios sobre produtos	***39,1***	***6,4***	***8,6***	***3,6***	***0,5***	***10,0***	***6,4***	***5,3***	***12,3***
PRODUTO INTERNO BRUTO	***15,8***	***5,4***	***7,3***	***3,3***	***6,4***	***11,7***	***7,6***	***3,4***	***6,7***

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

E - Estimativas.

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

Indicadores de Tendência da Atividade Económica e Preços

	2022	2023	2024	2023		2024			
				3º tri	4º tri	1º tri	2º tri	3º tri	4º tri
Indicadores de Confiança (v.c.s.)									
Indicador de Confiança dos Consumidores (s.r.e.)	10,6	12,5	15,8	14,0	14,0	16,0	16,0	16,0	15,0
Indicador de Clima Económico (índice 1990-2009 = 100)	1,5	5,8	11,8	5,0	9,0	6,0	12,0	16,0	13,0
Indicador de Confiança na Indústria Transformadora (s.r.e.)	2,3	-0,5	3,5	-6,0	4,0	-6,0	6,0	17,0	-3,0
Indicador de Confiança na Construção (s.r.e.)	-39,0	-27,8	-5,3	-25,0	-18,0	-18,0	-5,0	-3,0	5,0
Indicador de Confiança no Comércio em Feira (s.r.e.)	-6,3	-6,3	-7,3	-7,0	1,0	-8,0	-8,0	-6,0	-7,0
Indicador de Confiança no Com. em Estabelecimento (s.r.e.)	7,3	5,0	8,5	5,0	5,0	7,0	8,0	11,0	8,0
Indicador de Confiança no Turismo (s.r.e.)	0,8	7,3	11,5	13,0	18,0	10,0	11,0	12,0	13,0
Indicador de Confiança nos Transportes (s.r.e.)	23,3	28,8	37,0	36,0	16,0	33,0	37,0	40,0	38,0
Índice de Preços no Consumidor (IPC)									
Taxa de variação homóloga	7,6	1,3	1,4	2,6	1,3	0,3	1,9	1,0	1,4
Taxa de variação média últimos 12 meses	7,9	3,7	1,0	5,3	3,7	2,0	1,4	1,0	1,0
Principais Agregados (t.v.h.)									
Bens	11,3	5,0	1,0	4,1	2,0	0,3	2,2	0,0	0,7
Energéticos	23,8	-3,1	1,6	-3,1	-5,1	-3,7	5,2	-1,0	1,9
Serviços	3,0	1,8	1,2	0,4	0,2	0,2	1,6	2,8	2,4
Agregados Especiais (t.v.h.)									
IPC, exc. Energia e Alimentares não transformados	6,5	4,1	1,0	2,7	1,5	0,3	1,7	1,5	1,6
IPC, exc. Educação, Saúde e Proteção Social	8,1	4,0	1,0	2,8	1,4	0,2	2,0	1,0	1,4
Índice de Preços no Produtor - ***Oferta Turística*** (t.v.h.)	15,1	17,4	6,0	17,9	18,5	11,0	8,2	2,4	2,6

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Nota: A variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor para os trimestres refere-se às taxas de variação homóloga de março, junho, setembro e dezembro.

v.c.s. - valores corrigidos da sazonalidade; s.r.e. - saldo das respostas extremas; t.v.a. - taxa de variação anual; t.v.h. - taxa de variação homóloga; n.d. - não disponível.

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

Índice de Preços no Consumidor

	2022	2023	2024	2023		2024			
				set	dez	mar	jun	set	dez
Índice de Preços no Consumidor (em %)									
Taxa de variação homóloga	7,6	1,3	1,4	2,6	1,3	0,3	1,9	1,0	1,4
Taxa de variação média dos últimos 12 meses	7,9	3,7	1,0	5,3	3,7	2,0	1,4	1,0	1,0
Principais Agregados do IPC (t.v.h., em %)									
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	15,7	9,0	1,0	7,6	5,1	0,1	2,2	0,0	-0,5
Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos	11,9	6,5	3,5	3,9	3,5	4,7	3,9	2,6	2,2
Vestuário e calçado	3,8	2,9	-1,1	3,5	-2,9	-3,0	1,5	-2,2	3,8
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	4,1	2,0	2,3	2,0	1,8	2,0	2,8	1,8	1,9
Acessórios, equip. domésticos e manutenção da habit.	4,9	3,3	0,3	3,0	2,8	1,6	0,0	-1,4	0,1
Saúde	8,0	0,0	2,6	-1,5	0,6	1,6	2,4	4,2	2,2
Transportes	11,1	0,6	-0,1	-1,7	-3,2	-1,0	3,7	1,2	2,1
Comunicações	0,5	-4,8	-4,8	-9,7	-9,7	-9,7	-9,7	0,1	0,0
Lazer, recreação e cultura	5,0	2,2	1,3	2,2	-0,2	1,4	1,3	0,4	2,6
Ensino	-0,2	-0,3	0,0	-0,5	-0,3	0,0	0,0	0,1	0,0
Restaurantes e hotéis	4,6	5,0	2,0	2,5	3,6	3,0	2,0	1,7	0,0
Bens e serviços diversos	2,5	3,7	3,8	2,1	2,3	1,6	2,9	6,6	5,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Os valores das variações correspondem às taxas dos meses de referência. As variações dos principais agregados dos anos correspondem à taxa média anual de cada classe no referido ano.

t.v.h.- taxa de variação homóloga.

3. Setor Externo

Balança de Pagamentos (em milhões de escudos)

	2022	2023	2024	2023		2024			
				3º tri	4º tri	1º tri	2º tri	3º tri	4º tri
Balança Corrente	**-8 346**	**-6 511**	**10 334**	**-7 344**	**2 370**	**3 728**	**-1 871**	**2 094**	**6 383**
Bens e Serviços	**-48 221**	**-46 358**	**-32 101**	**-17 280**	**-8 551**	**-5 263**	**-10 916**	**-8 819**	**-7 104**
Bens	**-82 054**	**-90 902**	**-86 186**	**-28 273**	**-21 715**	**-20 238**	**-21 718**	**-21 870**	**-22 360**
Exportações	29 651	26 191	33 417	4 661	7 092	9 842	7 984	7 331	8 260
Importações	111 705	117 094	119 602	32 934	28 807	30 080	29 702	29 201	30 620
Serviços	**33 834**	**44 545**	**54 084**	**10 993**	**13 164**	**14 976**	**10 802**	**13 051**	**15 256**
Exportações	59 850	72 876	84 654	18 368	19 901	22 148	18 744	20 329	23 432
Transportes	8 163	8 687	8 674	2 464	2 067	2 062	2 087	2 223	2 303
Viagens	42 308	55 081	65 998	13 546	15 395	18 059	14 002	15 765	18 172
Importações	26 016	28 331	30 570	7 375	6 737	7 173	7 942	7 279	8 177
Rendimento Primário	**-2 943**	**-3 039**	**-5 289**	**-1 419**	**-97**	**-1 101**	**-2 097**	**-882**	**-1 210**
Rendimentos Investimento Direto	-1 541	-2 740	-4 440	-1 418	-292	-735	-1 557	-1 137	-1 011
Juros de Dívida Externa do Governo	-2 006	-2 505	-3 281	-520	-516	-544	-1 234	-463	-1 041
Juros de Dívida de Outros Sectores	-288	-208	-195	-88	-16	-73	-13	-58	-50
Rendimento AEL dos bancos	-241	413	265	106	175	-257	184	131	207
Rendimento das RIL	116	765	1 559	232	257	316	363	362	517
Rendimento Secundário	**42 817**	**42 886**	**47 725**	**11 355**	**11 018**	**10 091**	**11 142**	**11 795**	**14 697**
Transferências oficiais	3 100	4 136	5 842	959	1 323	860	1 023	1 135	2 824
Remessas de migrantes	28 925	27 908	29 573	7 506	6 970	6 680	7 178	7 501	8 213
Remessas de emigrantes	31 442	30 509	32 429	8 175	7 582	7 360	7 921	8 219	8 929
Balança de Capital	**2 309**	**1 904**	**4 203**	**582**	**563**	**971**	**476**	**570**	**2 186**
Transferências oficiais	944	992	2 990	319	327	664	138	247	1 941
Transferências privadas	1 343	910	1 200	262	236	295	339	322	244
Balança Financeira (excluindo RIL)	**-8 923**	**-8 119**	**6 115**	**-3 070**	**-801**	**4 065**	**6 656**	**792**	**-5 398**
Investimento Direto Estrangeiro	**-10 878**	**-15 380**	**-8 885**	**-7 482**	**-2 541**	**-2 171**	**-2 170**	**-2 339**	**-2 205**
IDE em Cabo Verde	12 799	16 146	10 510	7 171	3 000	2 570	2 424	2 757	2 759
Investimento Carteira	**13**	**-1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Outros Investimentos	**1 942**	**7 262**	**17 701**	**4 412**	**1 740**	**6 237**	**8 832**	**3 131**	**-498**
Dívida Externa do Governo	-5 014	-612	1 500	1 105	-1 247	-594	-920	1 371	1 643
Dívida Externa de Outros Sectores	5 341	-5 747	1 302	-5 368	-1 616	243	887	172	0
Ativos Externos Líquidos dos Bancos	1 554	6 856	14 894	5 113	1 495	5 692	8 619	2 457	-1 874
Ativos de Reserva	**2 603**	**5 114**	**5 618**	**916**	**4 720**	**2 264**	**-4 380**	**-1 915**	**9 648**

Fonte: Banco de Cabo Verde.
Nota: Dados provisórios sujeitos à atualização e revisão.

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

Indicadores Selecionados do Setor Externo

	2022	2023	2024	2023		2024			
				3º tri	4º tri	1º tri	2º tri	3º tri	4º tri
Comércio Internacional (em %)									
Exportações de bens e serviços/PIB	38,0	38,3	41,9	35,8	38,5	45,7	39,9	40,0	41,7
Comércio Internacional de Bens e Serviços/ PIB	96,4	94,6	95,1	98,4	89,1	98,9	96,1	92,9	92,8
Produtividade e Tecnologia (em %)									
Stock de IDE em Cabo Verde/PIB	101,9	99,1	94,8	96,3	99,1	91,9	92,9	93,7	94,8
Stock de IDE em Cabo Verde/Exportações	268,4	258,7	226,4	251,4	258,7	261,6	240,7	243,0	226,4
Balança Tecnológica/PIB	-0,14	-0,36	-0,48	-0,43	-0,34	-0,22	-0,18	-0,36	-0,37
Regalias de Direitos de Licença/PIB	-0,05	-0,08	-0,07	-0,09	-0,10	-0,11	-0,05	-0,03	-0,08
Serviços de Assistência Técnica e Consultoria/PIB	-0,07	-0,28	-0,21	-0,33	-0,24	-0,10	-0,12	-0,32	-0,28
Serviços de Investigação e Desenvolvimento/PIB	-0,02	-0,01	-0,21	-0,01	0,00	-0,01	-0,01	-0,01	0,00
Financiamento e Sustentabilidade									
Rendimento de Investimentos/Exportações (%) [1]	-4,4	-4,3	-5,3	-7,4	-1,4	-4,1	-8,8	-4,3	-4,6
Transferências Correntes e de Capital/Importações (%)	32,8	30,8	34,6	29,6	32,6	29,7	30,9	33,9	43,5
dos quais:									
Transferências Oficiais/Importações	2,9	3,5	5,9	3,2	4,6	4,1	3,1	3,8	12,3
Remessas de Emigrantes/Importações	22,8	21,0	21,6	20,3	21,3	19,8	21,0	22,5	23,0
Stock da Dívida Externa de Cabo Verde/PIB (%)	96,0	90,4	82,2	2,6	-2,5	0,1	-0,2	-0,4	1,4
dos quais: Stock da Dívida Externa Pública/PIB	86,9	79,2	73,1	0,6	-0,4	0,1	0,0	-0,5	1,4
Stock da Dívida Externa de Cabo Verde/Exportações (%)	252,6	236,0	196,4	6,7	-6,5	0,3	-0,5	-1,0	3,4
dos quais: Stock da Dívida Externa Pública/Exportações	228,8	206,6	174,7	1,5	-1,1	0,3	0,0	-1,2	3,4
Serviço da Dívida Pública Externa/Exportações (%)	10,6	12,4	11,0	11,1	11,6	7,7	16,8	9,3	10,8
Reservas Líquidas/Meses de Importações [2]	6,0	6,2	6,5	5,8	6,2	6,4	5,7	5,6	6,5

Fonte: Banco de Cabo Verde.
1/ O rendimento de investimento inclui os rendimentos de investimento direto, de investimento em carteira e de outros investimentos. 2/ Importações de bens e serviços estimados para o ano.

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

4. Situação Monetária

	2022	2023	2024	set-23	dez-23	mar-24	jun-24	ago-24	set-24	dez-24	dez-24
	em milhões de escudos										t.v.a. %
Posição Externa	**72 740**	**85 373**	**106 316**	**79 337**	**85 373**	**93 129**	**97 476**	**98 870**	**97 945**	**106 316**	**24,5%**
Ativos Externos Líquidos do Banco de Cabo Verde	69 547	76 093	81 892	71 067	76 093	78 358	74 047	69 562	72 013	81 892	7,6%
Reservas Internacionais Líquidas	68 993	75 509	81 181	70 482	75 509	77 758	73 396	68 935	71 390	81 181	7,5%
Ativos Externos Líquidos dos Bancos Comerciais	3 193	9 280	24 424	8 270	9 280	14 771	23 430	29 308	25 932	24 424	163,2%
Crédito Interno Líquido	**170 069**	**177 560**	**181 120**	**171 357**	**177 560**	**175 483**	**174 535**	**176 176**	**176 398**	**181 120**	**2,0%**
Crédito Líquido ao SPA	33 552	33 486	28 974	32 465	33 486	29 585	27 675	28 475	28 481	28 974	-13,5%
Crédito Bruto ao Governo Central	57 715	57 455	56 581	56 036	57 455	58 582	57 858	57 380	57 873	56 581	-1,5%
Crédito à Economia	136 518	144 074	152 146	138 892	144 074	145 898	146 860	147 701	147 916	152 146	5,6%
Crédito às Empresas Públicas N/Financeiras	6 323	6 940	5 885	5 896	6 940	6 383	6 280	6 068	5 997	5 885	-15,2%
Crédito ao Sector Privado	130 195	137 134	146 261	132 996	137 134	139 515	140 580	141 633	141 920	146 261	6,7%
Massa Monetária	**221 800**	**235 811**	**253 465**	**227 063**	**235 811**	**239 183**	**241 279**	**243 590**	**244 252**	**253 465**	**7,5%**
Base Monetária	72 917	78 392	73 283	76 687	78 392	76 517	70 893	66 116	68 232	73 283	-6,5%
Memo Itens											
Inflação (var. média anual IPC em %)	7,9	3,7	1,0	5,3	3,7	2,0	1,4	1,2	1,0	1,0	
Tx. dos BT (a 91 dias, média em %)	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
TRM (14 dias, média em %)	0,25	1,25	1,75	1,00	1,25	1,25	1,50	1,50	1,50	1,75	

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Dados sujeitos a atualizações e correções. SPA - Sector Público Administrativo; IPC- Índice de Preços no Consumidor; BT - Bilhetes do Tesouro; TRM - Título de Regularização Monetária; t.v.h. - taxa de variação homóloga; t.v.a.- taxa de variação anual.

Indicadores Monetários e Financeiros

	2022	2023	2024	2023		2024			
				set	dez	mar	jun	set	dez
Taxas de Câmbio do CVE (valores médios)									
USD	104,9	101,8	101,9	103,1	99,2	101,4	102,4	99,3	105,2
Libra	129,4	126,6	130,2	128,0	126,7	128,9	130,2	131,2	133,1
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal (2001=100)	100,5	100,8	100,6	100,7	100,8	100,7	100,6	100,7	100,4
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Real (2001=100)	94,4	92,5	90,9	92,0	92,1	90,9	90,9	91,1	90,5
Taxas de Juro (em percentagem)									
Taxa de Absorção de Liquidez (média)	0,05	0,70	1,20	0,55	0,70	0,70	0,95	0,95	1,20
Taxa de Cedência de Liquidez (média)	0,50	1,50	2,00	1,25	1,50	1,50	1,75	1,75	2,00
Taxas de Juro de Crédito (média ponderada)									
91 a 180 dias	7,8	7,5	7,8	7,2	7,9	7,3	8,0	8,1	7,3
181 dias a 1 ano	9,4	8,5	8,8	8,0	9,1	8,5	9,2	9,1	8,4
Superior a 10 anos	7,4	7,3	7,2	7,2	7,5	7,2	7,2	7,2	7,2
Descoberto	14,2	14,1	13,6	14,9	16,3	11,1	17,1	15,3	16,9
Taxas de Juro de Depósitos de Residentes (média ponderada)									
31 a 90 dias	1,0	0,8	1,7	0,7	2,0	1,2	2,4	0,7	1,9
91 a 180 dias	1,4	1,1	1,6	1,1	1,3	1,4	1,7	1,8	1,7
181 dias a 1 ano	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4
1 a 2 anos	2,0	1,9	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Taxas de Juro de Depósitos de Emigrantes (média ponderada)									
31 a 90 dias	0,7	0,6	0,8	0,5	1,5	0,5	0,4	0,7	0,6
91 a 180 dias	0,9	1,0	1,0	1,0	1,2	1,0	1,1	1,1	1,0
181 dias a 1 ano	1,3	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,3
1 a 2 anos	2,0	2,0	2,0	2,1	2,1	2,1	2,0	2,0	2,0
Taxas de Juro de Bilhetes de Tesouro (média ponderada)									
91 dias	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
182 dias	1,0	1,0	1,2	1,0	1,0	1,0	1,0	1,3	1,3
364 dias	1,0	1,1	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	1,3	1,3
Agregados Monetários (variação homóloga, fim de período)									
Ativo Externo Líquido	8,4	17,4	24,5	16,2	17,4	24,2	33,8	23,5	24,5
Reservas Internacionais Líq. do Banco de Cabo Verde	5,1	9,4	7,5	7,3	9,4	7,9	6,4	1,3	7,5
Ativo Interno Líquido	4,8	0,9	-2,2	0,1	0,9	-1,2	-5,4	-1,0	-2,2
M2	5,9	6,3	7,5	5,2	6,3	7,4	7,3	7,6	7,5
M1	11,2	9,2	8,3	8,1	9,2	10,1	7,7	9,2	8,3
Agregados de Crédito Bancário (variação homóloga, fim de período)									
Crédito Interno Líquido	8,4	4,4	2,0	3,7	4,4	3,8	0,3	2,9	2,0
Crédito Líquido às Administrações Públicas	16,7	-0,2	-13,5	3,7	-0,2	-8,5	-21,0	-12,3	-13,5
Crédito à Economia	6,5	5,5	5,6	3,7	5,5	6,7	5,7	6,5	5,6
Empresas Públicas não Financeiras	17,1	9,8	-15,2	-13,7	9,8	12,0	6,6	1,7	-15,2
Empresas Privadas, Mistas e Particulares	6,0	5,3	6,7	4,6	5,3	6,4	5,6	6,7	6,7

Fonte: Banco de Cabo Verde
Nota: Índice de Câmbio Efetivo Nominal (TEN) está definido como média geométrica das taxas de câmbio nominais bilaterais dos países parceiros da moeda doméstica relativamente à moeda. A Taxa de Câmbio Efetiva Real (TER) é calculada deflacionando a TEN, utilizando a inflação nacional e a dos principais parceiros.

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

Programação Monetária

	2022	2023	2024	2025P		2026P		2023	2024	2025P	2026P
				out-24	abr-25	out-24	abr-25			abr-25	
	milhões de escudos							Variação em %			
Ativos Externos Líquidos	**72 740**	**85 373**	**106 316**	**91 665**	**114 806**	**91 370**	**118 669**	**17,4**	**24,5**	**8,0**	**3,4**
Banco de Cabo Verde	69 547	76 093	81 892	74 644	85 577	77 417	88 026	9,4	7,6	4,5	2,9
Reservas Internacionais Líquidas	68 993	75 509	81 181	74 071	84 834	76 823	87 261	9,4	7,5	4,5	2,9
Bancos Comerciais	3 193	9 280	24 424	17 021	29 229	13 953	30 642	190,6	163,2	19,7	4,8
Ativo Interno Líquido	**149 060**	**150 439**	**147 149**	**167 810**	**156 475**	**180 704**	**165 738**	**0,9**	**-2,2**	**6,3**	**5,9**
Crédito Interno Líquido	170 069	177 560	181 120	194 400	190 440	207 294	199 704	4,4	2,0	5,1	4,9
Crédito Líquido ao SPA	33 552	33 486	28 974	35 994	30 687	40 334	32 283	-0,2	-13,5	5,9	5,2
Crédito à Economia	136 518	144 074	152 146	158 406	159 753	166 960	167 421	5,5	5,6	5,0	4,8
Outros Ativos Líquidos	-21 009	-27 122	-33 966	-26 590	-33 966	-26 590	-33 966	29,1	25,2	0,0	0,0
M2	**221 800**	**235 811**	**253 470**	**259 475**	**271 281**	**272 074**	**284 407**	**6,3**	**7,5**	**7,0**	**4,8**
Memo Itens											
Inflação (var. média anual do IPC em %)	8,0	3,7	1,0	0,8	1,8	0,8	1,4				

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

5. Finanças Públicas

	2022	2023	2024	2023		2024				
				set	dez	mar	jun	set	dez	t.v.h. de dez %
				milhões de escudos						
Receitas Totais	**52 663**	**64 824**	**69 525**	**48 235**	**64 824**	**15 485**	**31 967**	**49 329**	**69 525**	**7,3**
Receitas Correntes (excluindo Donativos)	**50 532**	**61 363**	**65 606**	**46 451**	**61 363**	**15 055**	**31 163**	**47 827**	**65 606**	**6,9**
Impostos	44 146	49 699	56 544	37 021	49 699	12 919	27 199	41 848	56 544	13,8
dos quais:										
Impostos s/ o Rendimento	9 634	11 982	14 129	9 213	11 982	2 744	6 948	10 628	14 129	17,9
Imposto s/ Valor Acrescentado - IVA	17 906	20 236	22 715	14 914	20 236	5 750	11 200	16 894	22 715	12,2
Impostos s/ o Consumo	3 531	3 571	4 098	2 542	3 571	791	1 676	2 933	4 098	14,7
Imp. s/ Transações Internacionais	10 025	10 157	11 426	7 546	10 157	2 541	5 284	8 288	11 426	12,5
Segurança Social	82	75	94	59	75	17	38	63	94	26,4
Transferências (donativos)	2 131	3 461	3 919	1 784	3 461	430	803	1 502	3 919	13,2
Outras Receitas	6 304	11 590	8 967	9 370	11 590	2 119	3 926	5 916	8 967	-22,6
Despesas Correntes Totais	**58 146**	**61 098**	**65 888**	**42 967**	**61 098**	**14 458**	**32 040**	**46 887**	**65 888**	**7,8**
dos quais:										
Despesas c/ Pessoal	21 985	22 358	22 627	15 720	22 358	5 457	11 185	16 623	22 627	1,2
Aquisição de Bens e Serviços	10 420	11 971	13 053	7 900	11 971	2 655	6 133	8 756	13 053	9,0
Juros da Dívida Externa	2 006	2 505	3 281	1 989	2 505	534	1 778	2 267	3 281	31,0
Juros da Dívida Interna	3 330	3 285	3 248	2 432	3 285	717	1 551	2 364	3 248	-1,1
Subsídios	1 965	2 576	2 049	1 897	2 576	478	1 121	1 411	2 049	-20,4
Transferências Correntes	5 647	5 840	7 099	4 066	5 840	1 490	3 197	4 861	7 099	21,6
Beneficios Sociais	9 010	9 664	10 713	7 047	9 664	2 447	5 181	7 832	10 713	10,8
Outras Despesas Correntes	2 877	1 906	2 639	1 183	1 906	430	1 043	1 628	2 639	38,4
Valor a regularizar	867	917	1 121	678	917	245	831	1 106	1 121	22,2
Ativos não Financeiros	**4 194**	**4 434**	**6 598**	**2 704**	**4 434**	**1 121**	**2 059**	**3 523**	**6 598**	**48,8**
Compra de Ativos	4 631	4 573	6 723	2 810	4 573	1 164	2 118	3 584	6 723	47,0
Venda de Ativos	437	139	125	106	139	42	59	61	125	-10,1
Saldo global, incl. Donativos	**-9 677**	**-708**	**-2 962**	**2 564**	**-708**	**-94**	**-2 132**	**-1 081**	**-2 962**	**318,5**
Financiamento	**10 528**	**218**	**3 176**	**-3 035**	**218**	**76**	**1 323**	**1 251**	**3 176**	**1 355,2**
Ativos Financeiros	-535	-167	-1 052	827	-167	4 508	4 702	60	-1 052	529,1
Passivos Financeiros	11 063	2 600	4 229	-624	2 600	-268	1 058	1 190	4 229	62,6
Interno Líquido	6 280	2 198	3 029	132	2 198	-849	-349	1 169	3 029	37,8
Externo Líquido	4 784	403	1 200	-756	403	582	1 407	22	1 200	198,1
Diferencial de Financiamento	851	-489	215	-471	-489	-18	-810	170	215	-143,9

Fonte: Ministério das Finanças.
t.v.h.- taxa de variação homóloga.

Banco de Cabo Verde | Avenida OUA, nº 02 | Cód. P. nº 7954 – 094 | Cx. P. nº 101 | Praia - Cabo Verde | Tel.: +238 2607000

Banco de Cabo Verde

Avenida OUA, nº 02
Cód.P. nº 7954 – 094 | Cx. P. 101
Praia - Cabo Verde
Tel.: +238 2607000 / Fax: +238 2607197

http://www.bcv.cv